



Centro Universitário de Brasília  
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde - FACES

MÁRCIA MARIA DA SILVA

## **RACISMO E SUBJETIVAÇÃO**

Brasília  
2010

MÁRCIA MARIA DA SILVA

## **RACISMO E SUBJETIVAÇÃO**

Monografia de conclusão do curso de  
Psicologia do Centro Universitário de Brasília  
– UniCEUB, desenvolvida sob a orientação do  
Prof. Doutor JOSÉ BIZERRIL.

Brasília  
2010

MÁRCIA MARIA DA SILVA

## **RACISMO E SUBJETIVAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de Psicologia do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Doutor JOSÉ BIZERRIL.

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. José Bizerril, Mestre e Doutor em Antropologia

---

Profª. Tatiana Lionço, Mestre e Doutora em Psicologia

---

Profª. Ana Flavia do Amaral Madureira, Mestre e Doutora em Psicologia.

Dedico este trabalho aos meus pais Baltazar Francisco da Silva e Maria Martins Soares fontes de sabedoria e amor que ensinaram aos filhos a olhar além da cor. Aos meus irmãos e irmãs Marta, Marlene e Margareth que me incentivam a continuar sempre e me apóiam em todas as decisões; às sobrinhas (os) amores da minha vida. Às tias (os), primas (os) parentes próximos e distantes, amigas (os) que respeitaram a minha ausência do convívio fraterno; à vida que tem sido pródiga para comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Professor Orientador José Bizerril que acreditou na minha capacidade de redigir esta monografia e me incentivou a seguir adiante, ao qual agradeço pelo carinho e paciência.

A professora Leonor Sampaio Bicalho que não me deixou desistir do curso em um dos momentos mais difíceis da minha vida, expresso a minha profunda gratidão.

Às professoras Leida Maria de Oliveira Mota e Valéria Mori pelo compromisso assumido com um ensino de qualidade.

Às minhas companheiras de trabalho do Ministério da Justiça Marta Regina Mendes de Moura Ferreira e Maria Elisenda de Araujo Dias que suportaram as minhas ausências.

A Raissa Laurentino de Oliveira e Alexandre Rozenwald pelo apoio constante.

É difícil ser intelectual, é difícil ser negro no Brasil.

Milton Santos

## **RESUMO**

Esta monografia analisa a questão racial brasileira, buscando indicar que a psicologia deveria investir maior atenção na compreensão das desigualdades raciais e no enfrentamento do racismo e de seus efeitos sobre as subjetividades e vidas da população negra brasileira. Com este, propósito estudou-se o conceito de raça e como as classificações raciais se constituíram em aspecto importante das desigualdades sociais modernas e contemporâneas, resultantes do processo de expansão colonial européia. Especificamente, buscou-se mostrar como o racismo à brasileira opera silenciosamente, impondo uma violência institucionalizada, ainda que invisível sobre o negro. Discorreu-se, ainda, sobre as implicações da discriminação racial nos processos de subjetivação das pessoas negras e sobre a necessidade de uma escuta psicológica mais atenta ao problema do racismo.

Palavras chaves: injúria, desigualdade racial. psicologia. negro. subjetividade.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
2.1 Saúde .....	15
2.2 Mercado de Trabalho e Pobreza .....	16
<b>3 RAÇA.....</b>	<b>19</b>
3.1 Afrocentricidade .....	24
3.2 O Estado Brasileiro e o Problema Racial .....	26
3.3 Os movimentos negros no Brasil .....	30
3.4 A violência Contra o Negro .....	31
<b>4 RAÇA E PSICOLOGIA .....</b>	<b>36</b>
4.1 O Desenvolvimento da Psicologia no Brasil .....	38
4.2 Medidas Psicológicas .....	42
4.3 Os Danos Psíquicos do Racismo .....	43
4.4 Eu e o Outro.....	45
4.5 Foco Psicológico Afrocentrado .....	49
4.6 A Escuta na Psicologia .....	52
<b>5 RACISMO E SUBJETIVAÇÃO.....</b>	<b>55</b>
5.1 O Sujeito Negro Subjetivado .....	59
5.2 Conflitos do Racismo .....	62
5.3 A Subjetividade e a Psicologia .....	66
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>76</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi considerado ao longo de várias décadas o país da democracia racial, no entanto, embora nunca tenha se consolidado um regime racial, do ponto de vista legal e formal; as distinções e desigualdades raciais são contundentes facilmente visíveis e de graves consequências para a população negra e para o país como um todo.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 49,5% da população constitui-se de negros e/ou pardos, o que representa quase a metade da população deste país. Assim, as mais diversas informações convergem no sentido de mostrar o critério de pertencimento étnico-racial como determinante dos processos de diferenciação e exclusão social, evidenciados pelas profundas desigualdades socioeconômicas.

Apesar da queda nas taxas de analfabetismo as diferenças entre brancos e negros ainda são grandes, pois 30,2% dos denominados negros e pardos são analfabetos, mais que o dobro dos brancos que são 7,0%. Os estudantes entre 18 e 24 anos, mais da metade dos brancos estão cursando ensino superior, pouco mais que 51%, praticamente a mesma proporção de negros e pardos ainda cursam o ensino médio, quase 50%, e apenas 19% cursam a graduação; 74% dos negros e pardos estão entre os mais pobres e só pouco mais de 11% entre os mais ricos (IBGE, 2006).

Existem dificuldades de se medir o fenômeno da discriminação, seja porque seus efeitos são múltiplos, seja porque é difícil isolar seus efeitos nos indicadores da desigualdade, porém, não há dúvidas de que uma parte importante dos fatores que impedem as melhorias das condições de vida e oportunidades dos negros se encontram nos padrões sócio-econômicos limitados e insuficientes devido a naturalização da condição subalterna dessa população.

Segundo Theodoro (2008) a redução da desigualdade social tem se mostrado insuficiente face à meta da redução das desigualdades raciais uma vez que os mecanismos recorrentes de reprodução do preconceito e da discriminação racial serem ainda vigentes no interior das instituições sociais, inclusive escolas, postos de saúde, hospitais, instâncias policiais e judiciais. Assim há duas questões a serem trabalhadas: uma é o tratamento igualitário entre brancos e negros a outra são os avanços no campo da desnaturalização da pobreza; sendo este um processo que demanda o enfrentamento de mecanismos tradicionais de reprodução de hierarquias sociais e privilégios com destaque para o racismo; objetivando a construção de patamares efetivos e concretos de equivalência e reconhecimento entre os

cidadãos. Portanto, a questão racial é um desafio que demanda a abertura de um processo contínuo de negociação; onde os diferentes atores possam estar presentes em torno dos objetivos da equidade, do acesso à justiça e da redução da desigualdade.

Nesse sentido, é de fundamental importância ter uma dimensão dos danos psíquicos do racismo na população negra deste país. O ser humano vive inevitavelmente uma vida de conflitos; conflitos que em certas condições podem se tornar patológicos; assim faz-se necessário saber até onde o sofrimento de ser vítima de discriminação racial tem prejudicado os indivíduos negros.

Embora as teorias psicológicas tenham uma visão de homem que não contempla a diversidade, todas a partir dos pressupostos por elas adotados ressaltam a importância do acolhimento do meio social e familiar dos indivíduos para que eles possam desenvolver.

Nesse aspecto, os negros vivem em ambientes notadamente hostis, que negam a sua cor, a sua estética, o seu ser; o que nos faz questionar como tem sido o desenvolvimento dos negros enquanto seres humanos, como eles têm se colocado no mundo e quais suas perspectivas para o futuro; enfim são problemas que merecem dos pesquisadores, dos antropólogos e psicólogos uma maior atenção.

Este trabalho se propõe a uma análise das desigualdades raciais no Brasil, como o termo raça é usado no sentido de demarcar posições sociais e econômicas relativamente a pessoas brancas e não brancas; como a psicologia vem cuidando das questões raciais e o que significa ser negro no mundo.

## **2 DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL**

Abrir o debate racial significa colocar em pauta questões como desigualdades raciais, raça, discriminação, preconceito, o que significa ser negro no mundo e o sofrimento psíquico experimentado pelas pessoas que compõem este grupo.

Assim será apresentado neste capítulo um breve histórico da escravidão, as desigualdades raciais e alguns mecanismos criados para minimizar este quadro.

O Brasil foi a maior nação escravista do “Novo Mundo” e o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, o que só ocorreu em 1850 por intensa pressão diplomática e militar inglesa.

A escravidão foi um período de lutas intensas, pois os escravos não tinham direitos a salários e posses, no entanto, eles, resistiam, individuais e coletivamente, buscando preservar a herança cultural que partilhavam, assim como alguma aquisição de capital humano e material de modo a ampliar o leque de franquias e opções; o que foi realizado de uma forma criativa por meio da negociação com a troca de parques bens de consumo (MARTINS, 2004). Nesse sentido eles construíam mundos paralelos, invisíveis ao sentido do opressor, e no limite partiam para as confrontações abertas e resistências armadas, coletivas e solitariamente. Essas investidas, no entanto, não configuraram em libertação.

Segundo afirmativa clássica durante os três primeiros séculos da história do Brasil, foram trazidos para o país mais de três milhões e seiscentos mil africanos escravizados. Devido ao imenso desenvolvimento técnico e social, para a época, vivido pelos diversos países africanos, o Brasil absorveu e beneficiou-se de mão de obra portadora de todas as técnicas e conhecimentos utilizados nos diversos campos da produção no país: econômico, cultural e até político, contribuindo significativamente para o acúmulo de riquezas que hoje formam o patrimônio da elite econômica brasileira (MARTINS, 2004).

Entretanto, após a libertação, na maioria dos casos, os negros foram expulsos das fazendas dos senhores e lançados à própria sorte. Sem nenhuma compensação ou projeto de integração à sociedade ou ao mercado de trabalho, não é difícil imaginar em que situação os escravos libertos ficaram (MARTINS, 2004).

No Nordeste, aonde a população escrava já vinha sendo progressivamente substituída por trabalhadores assalariados e vendida para outras províncias, o contingente de escravos

girava em torno de 28%. Após a abolição foram trabalhar nos engenhos e plantações de cana-de-açúcar em condições subumanas ou foram trabalhar como meeiros em terras alheias.

Na região Sudeste, com 70% do contingente servil, deu-se o início a um programa de imigração pesada de brancos europeus, principalmente colonos italianos, para trabalharem na lavoura cafeeira, deslocando, assim, os escravos para a agricultura de subsistência em terras devolutas, ou para a economia informal e o subemprego da periferia dos maiores centros urbanos, surgindo daí, as primeiras grandes favelas do Rio de Janeiro (MARTINS, 2004).

Tal política de embranquecimento da população levou também os negros a absorverem essa estrutura racista ao perceberem que a realidade era o embranquecimento como forma de inserção social. Dessa forma, a grande aspiração da família negra era querer que a filha, se possível se casasse com um homem branco, para clarear a família, garantindo ao neto um melhor futuro (THEODORO et al, 2008).

Assim, apesar do negro ter atingido a igualdade jurídica a partir da abolição, o regime escravocrata brasileiro, por sua amplitude e disseminação criou uma ampla base de sustentação social, política, ideológica, religiosa e econômica muito difícil de ser rompida. A ideologia de 400 anos de escravidão permanecia forte, definindo a diferença entre os dois. Sendo o negro eternamente visto como um indivíduo submisso e inferior aos brancos.

As desvantagens e exclusões geradas pelo regime escravista que são transmitidas de geração a geração, são realimentadas pela ação dos preconceitos e discriminações. É fato que toda e qualquer disparidade econômica sistemática e persistente observada entre diferentes grupos de uma sociedade tem componentes histórico fundadores, mecanismo de propagação e transmissão e processos de sustentação por meio do tempo (MARTINS, 2004).

Conclui-se que as marcas dessas disparidades são visíveis por toda parte e se manifestam pelo alto índice de negros em situações indesejáveis como, por exemplo, nas favelas, nos bolsões de miséria e nas piores ocupações, e nos altos índices de ausência nos lugares e situações mais desejáveis quais sejam universidades, posições de comando e decisão, ocupações de prestígio e de alta remuneração (MARTINS, 2004).

Nesse sentido, a questão racial se tornou pauta da agenda nacional e vários debates têm sido realizados com a finalidade de implantar mecanismos de equidade e de justiça social para garantir a inclusão dos negros a patamares sociais mais elevados (MARTINS, 2004).

Assim, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, dia 21 de março de 2003, data em que é comemorada no mundo o Dia Internacional

pela Eliminação da Discriminação Racial. A criação da Secretaria é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro (THEODORO et al, 2008).

No entanto, apesar de todo o movimento que confluuiu para a demanda pela criação de um organismo público voltado para a temática racial, bem como iniciativas diversas como a criação de cotas nas Universidades Federais e Estaduais a partir de 2001, o fato é, que nos últimos vinte anos o aumento expressivo de políticas sociais para os negros não contribuíram significativamente para a redução das desigualdades raciais (THEODORO et al, 2008).

A seguir serão apresentados dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em conjunto com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que publicou o retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com o objetivo de disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos no Brasil. Os indicadores são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. De um modo geral o referido documento apresenta dados para o período de 1993 a 2007, que permite reconhecer as tendências de transformações e permanências relativamente à situação de negros, brancos, homens e mulheres (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Nesse contexto, a proporção de negros aumentou de 45,1% para 49,8%, enquanto a de brancos, inversamente, passou de 54,2% para 49,4%. No grupo masculino há uma curva ascendente da proporção de negros, que desde 2005, colocou este grupo como majoritário 51,1% contra 48,1% de brancos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

O envelhecimento da população brasileira é uma tendência observada nas últimas décadas. No entanto, percebe-se que o aumento da expectativa de vida é maior para as mulheres em relação aos homens e para a população branca em relação à negra. No período de 2003 a 2007, o grupo de homens brancos com 60 anos ou mais de idade passou de 8,2% para 11,1% enquanto o de negros nesta mesma faixa etária aumentou de 6,5% para 8,0%. Tendência similar se observa no grupo feminino, pois mulheres brancas com 60 anos ou mais de idade passou de 9,4% para 13,2% e mulheres negras de 7,3% para 9,5% (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Os elevados índices de mortalidade de homens em geral, e em particular de jovens negros, em virtude da violência urbana, além do acesso precário ao sistema de saúde acabam propiciando expectativa de vida desigual nos grupos sociais. Cabe ressaltar a maior vitimização das mulheres negras que, em decorrência do sexismo e do racismo tem seu acesso precarizado aos serviços de saúde, habitação, emprego, entre outros (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Tabela 1 - Média de anos de estudos da população ocupada com 16 anos ou mais de idade por sexo cor/raça

Grupos Selecionados	Mulheres		Homens	
	1996	2007	1996	2007
Branças (o)	7,6%	9,3%	6,8%	8,4%
Negras (o)	5,2%	7,4%	4,4%	6,3%

Fonte: IBGE Pnad/microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Observa-se que as mulheres apresentam, em praticamente todos os indicadores educacionais, melhores condições do que o grupo masculino, o que não garante, a elas, melhores salários e melhores postos de trabalho. Os dados de 2007 mostram as mulheres com um ano a mais de estudos do que os homens, no entanto, já para os negros a distância de dois anos em relação a população branca (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008). Os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudos inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental a taxa de escolarização líquida, ou seja crianças matriculadas no nível de ensino adequado à sua idade, em 2006, para a população branca era 95,7 e para a negra de 94,2. No ensino médio, essas taxas eram respectivamente 58,4 e 37,4.

Em 1993, a taxa de analfabetismo para homens brancos de 15 anos ou mais era de 9,2% caindo para 5,9% em 2007. Entre as mulheres de 15 anos ou mais se percebe algo similar: a taxa de analfabetismo para as brancas era de 10,8% caindo para 6,3%, enquanto para as negras era de 24,9% caindo para 13,7%. Mesmo ocorrendo uma redução significativa das taxas de analfabetismo para os diversos grupos, percebe-se que as desigualdades entre os grupos raciais ainda são significativas, sendo mais de oito pontos percentuais entre homens brancos e negros e de mais de sete pontos entre as mulheres brancas e negras. Na região Nordeste em que há as maiores taxas de analfabetismo no país 24,5% dos homens negros com 15 anos ou mais de idade não eram capazes de ler um bilhete simples em 2006, ao passo que

na região sul essa taxa era de 9.2%. No caso de homens brancos nas mesmas regiões, tinha-se, respectivamente 18,4% e 4,3% (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

## 2.1 Saúde

As desigualdades no acesso aos serviços de saúde são relevantes na medida em que os baixos níveis de renda e o pertencimento a um grupo social específico afetam a vida dos indivíduos como um todo, expondo-os a contextos deficientes desgastantes e prejudiciais à sua saúde física e psíquica (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Os dados dão fortes indícios do quanto a população negra é SUS-dependente; pois o Sistema Único de Saúde – SUS, em 2003, foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país, 54% dos atendimentos e 59% das internações para os brancos e 76% e 81% respectivamente para os negros. Estima-se que 33,2% dos brancos possuem planos de saúde privados enquanto apenas 14,7% dos negros estão na mesma situação (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

As estatísticas são mais desanimadoras quando se referem à saúde das mulheres negras, pois o câncer está entre as principais causas de morte de mulheres que têm entre 30 e 60 anos, portanto, exames precoces específicos são fundamentais no sentido de detectar a doença e reduzir os óbitos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008). Neste contexto, os dados mostram que no Brasil, 36,4% das mulheres nunca fizeram o exame clínico de mamas, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%. Segundo o IPEA tais dados poderiam ser explicados por uma menor educação formal e menores rendimentos da mulher negra, no entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudos, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama. (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Segundo dados da PNAD (2008) estes números apontam para desigualdades na qualidade de atendimento aos negros relacionadas com práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho nas instituições de saúde, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas. Esse racismo institucional foi oficialmente reconhecido pelo Ministério da Saúde no II Seminário de Saúde da População Negra, realizado de 18 a 20 de agosto de 2004. Nesse Seminário foi exposto que a taxa de mortalidade das mulheres negras de 10 a 49 anos, por complicações na gravidez, parto e puerpério foi 2,9 vezes maior que a apresentada pelas mulheres brancas, sendo que às mulheres negras tem menos chances

de passar por consultas ginecológicas completas, consultas de pré-natal e exames pós-parto. Pesquisa de Doutorado de Maria Inês Barbosa (USP, 1998) verificou que 69,5% de óbitos dos homens negros ocorrem até 54 anos, para uma proporção de 45,1% entre homens brancos.

## 2.2 Mercado de Trabalho e Pobreza

Tabela 2 - Proporção de pobres e indigentes, segundo grupos selecionados, Brasil, 1996 e 2006.

Grupos Selecionados	Pobreza		Indigência	
	1996	2006	1996	2006
Branca	21,5	14,5	8,3	4,5
Negra	46,7	33,2	21,9	11,8

Fonte: IBGE Pnad Microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM

É possível perceber a partir dos dados acima uma redução na proporção de pobres em todos os grupos da população brasileira, a branca passa de 21,5 para 14,5 e a negra passa de 46,7 para 33,2. No Nordeste 44,3% dos negros são pobres no sul esta proporção cai para 12,6%. Em 2006, entre os 10% mais pobres da população, 63,4% eram negros; e esta proporção cai para 24,3% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo dos 1% mais ricos da população, somente 14,1% eram de indivíduos negros. Ainda que uma pequena melhora na distribuição da riqueza produzida no país possa ser percebida quando se analisam negros e brancos, a permanência da desigualdade segue sendo o destaque dos dados aqui apresentados.

No Brasil, a proporção de idosos que recebe algum benefício da Previdência ou Assistência Social é uma das mais altas da América Latina. Em 2007, segundo a PNAD, 76,1% das pessoas com mais de 60 anos recebia algum benefício. A parcela da população que não está coberta pela Previdência Social é atendida pela Assistência Social. Assim, a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais é chefiada por negros (as). Eles compreendem 69% dos que recebem Bolsa Família, 60% dos que recebem benefício de Prestação Continuada e 68% dos que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Os negros são maioria entre os mais pobres, maioria entre os indigentes e estão nas posições mais precárias no mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal o que reforça a necessidade de adoção de medidas que visem a valorização e promoção de igualdade racial nas ações públicas (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).



Tabela 3 - Mercado de Trabalho (Desemprego por raça)

<b>Grupos selecionados</b>	<b>2007</b>
Homens brancos	5,3%
Homens negros	6,4%
Mulheres brancas	9,2%
Mulheres negras	12,2%

Fonte: IBGE Pnad Microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM

Os homens negros têm maior longevidade no trabalho, pois começam a trabalhar mais cedo e saem bem mais tarde que os brancos. Os homens negros que trabalham sem carteira assinada são 23,4% contra 16,3% brancos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

As mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que apresentam pior posição na escala social; elas apresentam as mais altas proporções no trabalho doméstico 21,4%, e as menores proporções de trabalho com carteira assinada 23,3%. Elas apresentaram uma taxa de desemprego de 12,4% em 2007, comparada a 9,4% para as mulheres brancas e 6,7% para os homens negros e 5,5% para os homens brancos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Os indicadores que permitem construir um panorama, ainda que não completo, das condições habitacionais postulam que há uma sobre-representação da população negra, vivendo nas favelas, o que reforça mais uma vez, sua maior vulnerabilidade social. O levantamento do conjunto de domicílios em assentamentos subnormais apresenta a seguinte distribuição: 40,1% destes domicílios são chefiados por negros, 26% são chefiados por mulheres negras; 21,3% são chefiados por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE elaborou recentemente Pesquisas de Orçamentos familiares - POF 2008-2009 com a finalidade de mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. As POFs foram concebidas para atender prioritariamente a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e Distrito Federal.

Ao observar a despesa total média mensal familiar pela cor ou raça da pessoa de referência da família, constata-se que essa despesa, tratando-se da pessoa de referência da cor branca estava 28% acima da média nacional, e em mais de 89% quando a pessoa de referência

era negra, bem como 79% acima quando era parda. Em relação a POF 2002/03, as diferenças percentuais entre as famílias com pessoa de referência branca e negra cresceram de 82% para 89%. Já a referência entre famílias com pessoa de referência branca e parda teve redução de 84% para 79% (IBGE, 2010).

Os dados estatísticos mostram a grande diferença de acesso a bens e consumo entre negros e brancos. Essas desigualdades associadas a discriminação racial, impede o desenvolvimento de potencialidades e o progresso social da população negra. A investigação de contornos econômicos e sociais e porque não dizer psíquicos da desigualdade entre brasileiros brancos e negros, apresenta-se como prioridade para construir uma sociedade democrática, socialmente justa e economicamente eficiente (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

### 3 RAÇA

Neste capítulo será feita uma discussão sobre o conceito de “raça”<sup>1</sup>, sobre o racismo e suas implicações no país, o afrocentrismo e uma reflexão sobre a teorização de Segato (2003) relativa à constituição da violência contra o negro.

O Dicionário Aurélio define “raça” como um conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo são semelhantes, e se transmitem por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo, e/ou como um conjunto de ascendentes e descendentes de uma família, uma tribo ou um povo que se origina de um tronco comum. Define, ainda, racismo como doutrina que sustenta a superioridade de outras “raças” e/ou qualidade, sentimento ou ato de indivíduo racista.

No entanto, os biólogos modernos não fazem uso do conceito “raça” para explicar as diferenças que existem dentro da espécie humana, e o racismo originou do pressuposto irracional que justificaria que determinado grupo inferiorize outro em função de diferenças físicas e biológicas (GUIMARAES, HUNTLEY, 2000). Já a antropologia, em seu dicionário, relativamente à “raça” nos traz o conceito de etnia, que às vezes é confundida com o conceito de tribo. A etnia qualifica a maior unidade tradicional de consciência de espécie, no ponto do encontro do biológico, do social e do cultural: comunidade lingüística e religiosa, relativa unidade territorial, tradição, mítico, histórica como descendência bilateral a partir de um antepassado real ou imaginário; tipo comum de organização de espaço. Uma tribo ou um povo é um grupo cujos membros proclamam a sua unidade na base da concepção que eles têm de sua cultura comum, específica (FRANCO, 1972).

Nascimento (2009), expõe que o quilombismo<sup>2</sup> define “raça” como um grupo humano que possui, relativamente, idênticas características somáticas, resultantes de um complexo de fatores históricos e ambientais, assim, tanto a aparência física como os traços psicológicos, de personalidade de caráter e emotividade, sofrem a influência daquele complexo de fatores nos quais se somam e se complementam a genética, a sociedade, a cultura, o meio geográfico e a história. Nesse sentido, o cruzamento de diferentes grupos raciais, ou de pessoas de identidades raciais figura como interesse da sobrevivência humana. Define, ainda, como racismo, a crença na inerente superioridade de uma “raça” sobre outra. O que é concebido

---

<sup>1</sup> Raça não é uma realidade objetiva, mas sim uma categoria política. Quando uso “raça” refiro-me a pretensão racista da existência objetiva das diferenças raciais. Quando uso raça refiro-me à categoria política identitária que decorre de uma ordem social racista.

<sup>2</sup> Cultura afro-brasileira de resistência e afirmação de sua verdade. Mobilização política da população negra.

tanto no aspecto biológico quanto na dimensão psicossociocultural, sendo que esta dimensão é usualmente negligenciada.

A noção moderna de “raça” e consequentemente o pensamento e as práticas racistas estão associados à expansão colonial européia e à hegemonia da civilização ocidental em escala mundial. Nesse contexto de expansão, a Europa desfilou a sua cultura como norma. Há uma hegemonia européia, tanto na roupa, na moda, na arte, na cultura e na economia. É necessário salientar que a cultura européia deveria estar ao lado de outras culturas, e não acima. O que mantém uma sociedade unida é a aceitação discutida de valores, ícones, símbolos e instituições similares a serem empregados no interesse de todas as pessoas.

A construção de uma identidade, para os negros, baseada numa referência à África, foi equivocada, já que o continente foi apresentado, apenas, como uma essência racial, sem história, cultura ou matriz social. Cabe enfatizar que as sociedades humanas operam sobre os alicerces dos mitos, da história e da memória já que existem características culturais que as identificam (NASCIMENTO, 2009).

Assim, identificações, por mais flexíveis e fluidas que sejam só podem se constituir mediante referências históricas e culturais, observa-se que os negros não puderam usufruir dessa herança. Apesar de “raça” lembrar atributos físicos, biológicos, busca sempre referência cultural. Segundo Nascimento (2009), a cultura é a totalidade do pensamento e da prática pelos quais um povo se cria; se celebra; se sustenta e se desenvolve; e se introduz à história e à humanidade. Nesse sentido é necessário um diálogo com as culturas Africanas questionando o que a África, os povos africanos tem a oferecer aos esforços em direção à compreensão e à melhoria da condição humana.

Vale ressaltar, que o conceito “raça” variou muito com o tempo e com as diferentes ideologias. Tudo indica que a noção (racista) de “raça” como a conhecemos hoje é um efeito do colonialismo europeu da época moderna. O teor característico do racismo do século XIX era composto de várias doutrinas distintas que respondiam pelo termo racismo. Apresentarei abaixo as três doutrinas raciais que mais suscitaram discussões, partindo para isto da análise de Appiah (1997).

O racialismo é um pressuposto de outras doutrinas que foram chamadas de “racismo”. Preconiza que existem características hereditárias por membros de nossa espécie, o que permite uma divisão de “raças”, que compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra “raça”. Esses traços e tendências

característicos de uma “raça” constituem segundo a visão racista, uma espécie de essência racial. Essas características essenciais, segundo o racismo, definem a “raça” além das características morfológicas visíveis como cor da pele, tipo de cabelo e feições (APPIAH, 1997).

A segunda, o racismo extrínseco, é fundamentada em distinções morais entre os membros das diferentes “raças”, segundo esse racismo os membros das diferentes “raças” diferem em aspectos como a honestidade, a coragem ou a inteligência. Ele define as características das “raças”. Um exemplo clássico de manifestação desse racismo foi realizado pelo nazismo que estabeleceu a ideologia que os judeus eram inferiores e responsáveis pelas mazelas alemãs. Verifica-se que esse é o racismo utilizado para fomentar ódios infundados contra um grupo apoiados na noção de “raça”.

O terceiro, no racismo intrínseco eles crêem que cada “raça” tem um status moral diferente, independentemente das características partilhada por seus membros, portanto pertencer à raça branca ou negra faz com que a pessoa identifique como portadora de qualidades morais somente aqueles que fazem parte da sua “raça”.

Segundo Appiah (1997) a maior parte do ódio racial é de fato expressa pelo racismo extrínseco, já que os negros se perceberam por eles mesmos e pelos outros como pertencendo a uma “raça” inferior. Já no racismo intrínseco a semelhança do sentimento racial ao sentimento familiar faz parecê-lo menos objetável, mas ele serve para justificar a crença que determinada “raça” possua um status mais elevado e por isto mereça melhor tratamento que outra. Assim, para o autor, o racismo intrínseco é um erro moral e o racismo extrínseco implica falsas crenças, concluindo ser evidente que o racismo é um equívoco adotado pela espécie humana.

De acordo com essa linha de raciocínio, o racismo se caracteriza pelo conjunto de mecanismos discriminatórios institucionais que perpetuam as desigualdades raciais e o racismo seria a crença na existência de “raças” biológicas como subdivisões da espécie humana.

Como argumento crítico ao racismo, tanto na biologia quanto nas ciências humanas, os cientistas do mundo expuseram uma série de proposições assim resumidas: não é legítimo afirmar, a partir de diferenças nas características físicas, diferenças nas características mentais; a civilização de uma “raça”, em qualquer momento particular do tempo não oferece nenhum índice de suas capacidades inatas ou herdadas.

Gilroy (1998) apud Guimarães (2002) declarou-se inteiramente contrário ao termo “raça” em nosso vocabulário, explicando que não existem raças biológicas e nada no mundo físico e material que possa ser classificado como “raça”, concluindo que o conceito de “raça” faz parte de um discurso político racista, autoritário, anti-igualitário e antidemocrático.

Raça para Segato (2005) é compreendida como um signo, utilizado para organizar ou classificar categorias de pessoas a partir da cor de suas peles, indicador do posicionamento dos indivíduos em uma determinada sociedade. Ou seja, “raça” não se refere às supostas diferenças biológicas entre grupos humanos de origens distintas, mas a um conjunto de idéias utilizadas com o intuito de hierarquizar grupos humanos. No contexto do debate das ciências sociais sobre racismo, o uso da palavra “raça” não está vinculado a uma tentativa de quantificar características biológicas da população, mas está diretamente relacionado ao reconhecimento de que “raça” e cor causam impactos nas condições de vida e oportunidades das populações (SCHWARTZMAN, 1999). Desta forma, Aníbal Quijano considerou a idéia de “raça” como o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos (QUIJANO apud SEGATO, 2007).

Neste contexto, “raça” passa a ser considerada um conceito social. De acordo com Guimarães (1999) “raça” é um construto social, uma forma de identidade baseada numa idéia biológica errônea, porém socialmente eficaz para construir, produzir e manter privilégios e diferenças. Elas existem no mundo social para classificar, identificar e orientar as ações humanas, promovendo uma diversidade social, cultural e histórica com visibilidade explícita. Observa-se que na atualidade inscrições raciais específicas podem criar barreiras, impedindo a mobilidade social de algumas pessoas e grupos sociais devido ao preconceito e à discriminação.

O conjunto de idéias, socialmente relevantes, que o conceito de “raça” assume, hierarquiza os grupos humanos a partir do pertencimento racial, étnico ou, no caso do Brasil, por meio da marca corporal da cor; desta forma formando classes ou categorias sociais.

As classes seriam então grupos de sujeitos marcados, isto é, inscritos por traços indelévels, percebidos como orgânicos ou determinados por uma natureza, que exibem sua localização na escala social e sua ancoragem em posições estruturais (SEGATO, 2007). Para a autora as posições, enquanto afloramento de relações estruturais tem rosto. A moderna racionalidade de classes se desliza para uma racionalidade pré-moderna e perene de castas e status relativos que se expressam na marca étnica ou racial. O sujeito passa a perceber-se cativo de uma armadilha sociológica concebida como oriunda e determinada por estrutura

estável, a - histórica. Este efeito de a-historicidade alcança as visões das estruturas da mente, da psique e da cultura, que aprisionam os signos numa paisagem inerte e inapelável (SEGATO, 2007).

A discriminação racial será assim um produto de um mundo social que classifica pessoas como inferiores ou superiores por meio do critério da cor dos indivíduos. Desta forma as pessoas, com o racismo, sofrerão um tratamento desigual nas mais variadas situações sociais. Guimarães (1999) afirma que, sob os ideais progressistas de negação de raças humanas e de afirmação de um convívio democrático entre as “raças”, vicejam preconceitos e discriminações que não se apresentam como tais, o que termina por fazer com que esses ideais e concepções continuem a alimentar as desigualdades sociais entre brancos e negros. No racismo à brasileira, o idioma da mestiçagem e a afirmação que ninguém é branco são a forma clássica de impedir o debate sobre a questão racial e de dificultar o combate às discriminações sofridas pelas pessoas negras.

Nesse sentido, a teoria de Marx da luta de classes foi usada no Brasil para minimizar a visibilidade dos efeitos do racismo, já que os brasileiros em geral atribuem a discriminação que sofrem os negros à destituição material decorrente de sua pertença de classe e preconizam que a discriminação é de classe e não de cor.

No Brasil o ideário anti-racialista de negação da existência de raças fundiu-se logo a política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas “preconceito”, ou seja percepções individuais, equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais. Assim é o racismo brasileiro: sem cara. Travestido em roupas ilustradas universalistas, tratando-se a si mesmo como anti-racismo, negando como anti-nacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para este racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano) (GUIMARÃES, 1999, p. 62).

Pesquisa do Datafolha (RODRIGUES, 1995) e da Revista Veja (10.01.1996) foram unânimes em ressaltar que o preconceito é sistematicamente considerado como atributo do “outro”. Essas pesquisas apontaram que 89% dos brasileiros afirmaram saber existir preconceito, mas somente 10% assumiram como seu. Verifica-se que no Brasil há um racismo que dificulta uma mais ampla discussão pelos protagonistas que o compõem (FERREIRA, 2002).

Assim, no Brasil, o preconceito não é abertamente afirmado, portanto um fenômeno difícil de ser compreendido, percebido e, portanto enfrentado, uma vez que há mecanismos subliminares de encobertamento das práticas do racismo.

Nesse sentido é necessário compreender o significado do racismo que ultrapassa a visão jurídica da lesão ao princípio de igualdade, para consistir numa observação histórica e sócio-política de uma ideologia formulada por teorias e comportamentos específicos de supremacia de uma “raça” ou etnia sobre outra. Guimarães (2004) compreende o racismo como o tratamento desigual de pessoas nas mais variadas situações sociais, baseada na idéia de superioridade e consequentemente também de inferioridade racial.

O interesse renovado na “raça” e na etnicidade, no Brasil, faz parte de uma tendência internacional generalizada, que leva em conta três fatores interferentes inter-relacionados: o papel dos meios de comunicação de massa e da globalização; a mudança da agenda política do mundo acadêmico; e a inexistência de uma perspectiva comparada madura e internacional sobre as relações raciais e a etnicidade no Brasil (SANSONE, 2004, p. 10).

### **3.1 Afrocentricidade**

O Afrocentrismo é um movimento que teve início nos Estados Unidos e tem por finalidade resgatar a história do negro no mundo, bem como, estudar as questões raciais a partir das experiências vividas dos negros e questionar a hegemonia européia. Esse movimento passou a ser uma alternativa para os negros no Brasil no sentido de apresentar um pensamento, uma prática e perspectiva dos africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua imagem cultural e de acordo com seus interesses humanos.

O afrocentrismo não se sustenta em conceitos biológicos de raça e sim parte da afirmação de que a compreensão dos fenômenos se articula com a identidade do sujeito, no seu centro. “A abordagem afrocentrada focaliza o imperativo de definir a localização do sujeito, isto é, de explicitar o lugar de onde o olhar parte” (NASCIMENTO, 2009, p. 182). Esse princípio de abordagem afrocentrada já foi assinalada no Brasil na década de 1950, no contexto da produção intelectual do Teatro Experimental do Negro. Além disso, emerge como uma tendência mundial do século XX de estabelecer a identidade como questão social e fator político. Ele nasce dos movimentos das mulheres, povos indígenas, africanos do continente e da diáspora e defensores do meio ambiente e dá ensejo à articulação do pensamento pós-modernista muitas vezes sem ter essa contribuição registrada ou reconhecida. Sendo assim, se insere no contexto dos movimentos de políticas de identidade (HALL, 1997).

O afrocentrismo critica a racionalidade moderna e alimenta-se da produção intelectual dos movimentos sociais e preconiza que as regras tidas como universais não conseguem dar conta da pluralidade das experiências humanas.



Os estudiosos esclarecem que no Brasil as idéias teóricas que vão de encontro ao Afrocentrismo tiveram início com o Teatro Experimental do Negro, que entre seus quadros contava com o sociólogo Guerreiro Ramos, que propôs uma revisão da sociologia nacional e buscou uma nova realidade científica que estivesse a serviço da realidade brasileira, propiciando, assim, a ascensão da identidade como questão social (NASCIMENTO, 2009).

A afrocentricidade estuda a experiência do sujeito como negro, não em razão da cor da pele ou de um critério biológico, mas em função do lugar onde se posiciona para observar e analisar. Guerreiro Ramos (SANTOS, 1998 apud NASCIMENTO, 2009), afirma que o negro não é raça, e sim um lugar, nesse sentido, ele capta um dos princípios básicos da afrocentricidade. A teoria do centro postula a necessidade de explicitar a localização do sujeito para desenvolver uma postura teórica própria ao grupo social fundamentada em sua experiência histórica e cultural. O grupo se define como sujeito de sua própria identidade, em vez de ser definido pelo outro com base em postulados pretensamente universais. Portanto três componentes constituem essa inovação teórica:

- a) a especificidade da cultura ocidental que pretende se impor como universal; b) a valorização do ser humano não ocidental como protagonista de sua história; c) o reconhecimento e a valorização da especificidade da cultura não ocidental, antes reduzida e pejorativos como primitiva, pagã ou selvagem (NASCIMENTO, 2009, p. 190).

A abordagem afrocentrada contesta a validade para o Ocidente do centro Europeu e projeta-se como modelo de agência intercultural em que propõe o pluralismo sem hierarquia e concede-se livremente o respeito às origens, realizações e potenciais. “O âmago do racismo está numa sociedade hierárquica que se recusa a reconhecer a agência africana” (NASCIMENTO, 2009, p. 192). O afrocentrista quer construir as bases para o pleno autorreconhecimento de seu povo e sua cultura, antes de pleitear o reconhecimento do outro.

A representação do africano como não produtor de conhecimento, tecnologia ou civilização foi reforçada pelo poder da mídia e das instituições da educação e cultura; o que acarretou para os negros uma redução nas suas expectativas e no espaço de sua participação no jogo de poder das identidades e do multiculturalismo. Assim, as novas possibilidades de referência, oferecidas pela abordagem afrocentrada propiciarão a expansão do horizonte multicultural.

### 3.2 O Estado Brasileiro e o Problema Racial

Relativamente ao racismo, o Estado Brasileiro teve um pacto de silêncio e negação. A nova república, proclamada e controlada por ex-senhores inconformados com a abolição da escravidão, desprezou os negros, que foram apontados como responsáveis pela indolência e pelo atraso do país (MARTINS, 2004).

As teorias racistas pseudo-científicas do século XIX preconizavam uma rígida hierarquia das “raças” em que os brancos tinham a responsabilidade de dominar e de civilizar as “raças” tidas como inferiores. Assim, condenavam a miscigenação como um fator de degeneração fatal para o processo civilizatório e o avanço dos povos. A elite brasileira passou toda a primeira república assombrada por estas teorias (1889-1930) profundamente envergonhada de sua herança africana e ibérica e da mestiçagem da população (MARTINS, 2004).

O Estado Novo no período de 1937 a 1945, especialmente na sua fase ditatorial mais dura, nutria abertas simpatias pelos regimes nazifacistas que floresciam na Europa e por seu ideário racista de supremacia ariana. Foi uma época, também, marcada por avanços importantes na área dos direitos trabalhistas, pela supressão de liberdades políticas e graves violações dos direitos humanos, e por um completo descaso em relação às desigualdades raciais (MARTINS, 2004).

Foi nesse período que apareceu uma reação intelectual com o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre contra o racismo “científico” que, no entanto, reforçou a necessidade da mestiçagem. Sua obra é inteiramente impregnada por uma visão idílica da escravidão benevolente ou cordial, e constitui, até hoje, o grande pilar intelectual do mito da democracia racial no Brasil (MARTINS, 2004).

O referido mito sufocou a construção de uma identidade racial e a consciência de grupo entre os negros brasileiros, e consequentemente uma mobilização por parte dos dominados, apesar das evidentes desigualdades sócio-econômicas e de oportunidades. A democracia racial brasileira, diferentemente da discriminação e da dominação com restrições legais de “raça” estabelecidos nos Estados Unidos e na África do Sul, não incentivou a solidariedade entre os negros, nem gerou uma mobilização significativa em torno das questões especificamente raciais (MARTINS, 2004).

Os governos populistas-desenvolvimentistas do interregno democrático de 1945 a 1964 se preocuparam obsessivamente com a industrialização e o crescimento econômico. A

grande efervescência reformista revolucionária desse período moldou-se inteiramente por uma visão marxista da sociedade, baseada exclusivamente no modelo ortodoxo da luta de classes, sem nenhum espaço para considerações sobre gênero, raça, ou qualquer outra dimensão de justiça social (MARTINS, 2004).

No entanto, o Brasil ratificou a convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, em Genebra, no ano de 1958; a convenção de 1960 da UNESCO relativo à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino; e a Convenção Geral das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Racismo, em 1966; assim como participou ativamente da condenação do Apartheid sul-africano nos fóruns internacionais e nas duas primeiras conferências mundiais contra o racismo (MARTINS, 2004).

A ditadura militar que compreendeu de 1964 até o final dos anos de 1980 promovia ativamente o mito da democracia racial. Os líderes e as organizações negras eram vistos com suspeição e foram muitas vezes perseguidos como esquerdistas ou subversivos. A negação do problema racial no Brasil atingiu seu ponto culminante no censo demográfico de 1970, com a supressão do quesito raça (MARTINS, 2004).

Uma conscientização maior sobre o problema começa a aparecer nos anos 80 com o início da redemocratização, e um pouco mais tarde com a nova Constituição Federal de 1988. A Constituição que substituiu as cartas outorgadas pelos militares, além de expressar em seu preâmbulo o reconhecimento da nação pela contribuição cultural dos negros redefiniu os atos de racismo e de discriminação racial como *crimes* ao invés de *contravenções* como tipificados na legislação anterior. No Estado de São Paulo, os prefeitos democraticamente eleitos iniciaram criação de agências e conselhos da comunidade negra com a finalidade de monitorar e combater a discriminação racial, divulgar a cultura afro-brasileira e de maneira meio vaga promover o progresso da população negra (MARTINS, 2004).

Apesar de serem mudanças importantes, esses movimentos geraram poucos resultados concretos. As agências tinham mandatos mal definidos, financiamento inadequado e nenhum acesso aos centros reais de decisão.

O centenário da abolição em 1988, ensejou alguma mobilização sobre a raça negra e resultou na criação da Fundação Cultural Palmares, em homenagem ao Quilombo dos Palmares, e na proclamação do seu líder, Zumbi dos Palmares, como herói nacional.

O período de 1980 a 1990 consistiu numa crescente promoção e valorização da história, da cultura e da arte negra, enfatizando o conteúdo simbólico da resistência e da dignidade dos escravos; outra vertente se fez presente no combate à discriminação, e consistiu num discreto incremento no aparato e disposição do Estado para registrar e reprimir atos de discriminação racial flagrante, por meio de algumas medidas legislativas e do estabelecimento de agências, conselhos e ouvidorias.

A partir da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, a questão racial entrou na agenda nacional com força sem precedentes, atraindo mais atenção dos governos, mais cobertura da mídia e mais participação do público em geral. Foi criado o Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) com representantes do Governo e da Sociedade Civil. Assim, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho intensificaram ações contra a discriminação, bem como a promoção da igualdade racial.

Ainda no ano de 2001, surgiram os primeiros experimentos brasileiros com programas de ação afirmativa, nesse sentido, nas administrações públicas foram lançados projetos piloto visando ampliar a participação de negros nas funções comissionadas de direção e assessoramento (DAS) e começaram a exigir políticas de diversidade racial de seus fornecedores de bens e serviços.

O atual Presidente Brasileiro tomou posse em 2003, e no mesmo ano criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – (SEPPIR) com status de Ministério, com o objetivo de elaborar e coordenar políticas de promoção de igualdade racial. Fato que, também merece destaque foi à indicação do jurista Joaquim Barbosa para o Supremo Tribunal Federal aparecendo assim no cenário brasileiro o primeiro ministro negro, na mais alta corte de justiça do país.

Ainda, em 2003, houve intensos debates sobre as ações afirmativas no âmbito das universidades. Iniciou com o Governo Federal e foi intensificado pelo Movimento Negro. “Assim, no dia 6 de junho de 2003, a Universidade de Brasília (UNB) tornou-se a primeira universidade federal brasileira a aprovar um projeto de ação afirmativa, reservando uma cota de 24% das vagas para candidatos negros [...]” (MARTINS, 2004, p. 63). Cabe ressaltar, que essa decisão foi autônoma sem a participação do Ministério da Educação ou do Conselho Federal da Educação. Atualmente há 93 Instituições de Ensino Superior Público, que adotam Ações Afirmativas com cotas para negros, indígenas e pobres. Há 22 mil cotistas negros cursando a graduação em universidades brasileiras de todas as regiões, nesse sentido o ProUni

que é um sistema de bolsas do Ministério da Educação que teve início em 2005, colocou 171.666 mil pardos e negros em universidades privadas (CARVALHO, 2009).

No entanto, essas ações afirmativas estão longe de ser consenso dentro do governo e na sociedade em geral. De forma irrefletida, e sem conhecer de fato os problemas raciais, certos autores defendem a ação afirmativa como exemplo da defesa ideológica de um racismo de cunho biológico, supostamente recriado pelos movimentos negros. Em livros e artigos veiculados nos meios de comunicação alegam que ao analisar as desigualdades raciais documentadas por institutos oficiais de pesquisa, os cientistas sociais, seguindo o movimento negro e os formuladores das políticas afirmativas estão criando um novo racismo de critério biológico. (NASCIMENTO, 2009).

No dia 28 de abril de 2008 foi entregue ao Supremo Tribunal Federal em apoio à Ação de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e pelo Partido Democratas, um manifesto intitulado “113 Cidadãos Anti-racistas Contra as Cotas Raciais”, assinado por uma classe de intelectuais, 80 deles são professores universitários e pesquisadores configurando uma elite acadêmica branca, apesar de no grupo ter um negro que de certo teve uma formação dentro de um contexto majoritariamente branco e hoje se vê branco. O processo democrático permite a cada um manifestar o que pensa, assim esses intelectuais tiveram a oportunidade de mostrar a face do racismo que acalentam, e talvez esse fato seja o início de uma jornada onde os brasileiros realmente possam assumir o que são (CARVALHO, 2009).

No entanto, as ações afirmativas, apesar de significativas no cenário nacional, ainda, não lograram acabar com a discriminação e nem propiciaram a igualdade de direitos. Como visto no capítulo anterior, intensas desigualdades ainda persistem.

Um argumento em defesa do valor político das cotas para os negros é que a cor de pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio, essa mudança de olhar sobre o negro só vai ser possível quando o rosto do negro figurar na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões que se destacam. (SEGATO, 2007)

Para que uma identidade subordinada tenha condições iguais de competir nesse jogo democrático, impõe-se a necessidade de quebrar a hegemonia da identidade dominante, a brancura eurocentrista, construída com tal solidez e a tal ponto reforçada que **reina silenciosa sem ser percebida** (NASCIMENTO, 2009, p. 188, grifo nosso).

### 3.3 Os movimentos negros no Brasil

Os Movimentos Negros no Brasil contaram com algumas organizações que foram pioneiras na luta contra o racismo e a afirmação da identidade negra como; a Frente Negra Brasileira, em 1931, fundada como a finalidade de unir a gente negra para afirmar seus direitos históricos e reivindicar seus direitos atuais. O Centro de Cultura Afro-Brasileiro, em 1936, e a partir deste diversos grupos foram criados em todo país; o grupo Palmares no Rio Grande do Sul; o grupo Evolução no interior de São Paulo; O Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU) que continua até hoje. Ao voltar do exílio, Abdias do Nascimento fundou em São Paulo o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), em 1980. No Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa de Cultura Negra (IPCN), a Sociedade de Estudos de Cultura Negra do Brasil (SECNEB), o Grupo de Estudos André Rebouças e tantos outros. Na Bahia surgiu o Núcleo Afro-Brasileiro e o Grupo Teatro Palmares Iñaron.

A mobilização desses grupos propiciou a idealização do Movimento Unificado contra a Discriminação (MUCDR), em 18 de junho de 1978, confirmado em ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo em 7 de julho do mesmo ano. Esse movimento foi renomeado como Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, em 23 de julho. No entanto, em 1979, ele passou a ser Movimento Negro Unificado, nomenclatura que perdura até hoje (ANDRE, 2008).

Os movimentos negros lutam pela afirmação de valores culturais, estéticos e pela melhoria das condições econômicas da população negra; busca identificar aspectos sutis da discriminação e do racismo, procurando reivindicar igualdade de direitos; e trabalham no sentido de provocar o redimensionamento da agenda pública contra as desigualdades.

Nesse sentido, foi responsável por uma lenta e gradual conscientização do racismo no Brasil, pois as incansáveis denúncias incomodaram a sociedade dominante e a consciência popularizada imbuídas da tradição intelectual e acadêmica da democracia racial (NASCIMENTO, 2003).

Cabe ressaltar que o Movimento Negro Unificado influenciou **decisivamente nas ações governamentais**; pois em todas as iniciativas se fez presente. Assim, serão mencionadas algumas dessas iniciativas; em 1995, organizou a marcha em homenagem aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, com o apoio do então Presidente da República; no ano da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, definiu um conjunto de proposições que vieram compor o texto constitucional; assim duas importantes reivindicações

do movimento viraram texto constitucional – a criminalização do racismo (Artigo 5) e o reconhecimento da propriedade das terras de remanescentes de quilombos (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Em 2001, ano da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, participou ativamente, nas discussões relativas às ações afirmativas como reserva de vagas para negros nas universidades do país (NASCIMENTO, 2003, grifo nosso).

A educação é prioridade dos movimentos negros. Para eles torna-se necessário, a inclusão e permanência dos negros no sistema de ensino; pois, só assim, os negros estarão capacitados para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, inclusive o direito ao voto reservado para os alfabetizados (NASCIMENTO, 2003).

Entende, o MNU que por meio da educação será possível a recuperação dos valores da cultura e história de origem dos negros com a finalidade da valorização de sua identidade. Nesse sentido há a necessidade de integração dos assuntos afro-brasileiros no currículo escolar; a revisão da literatura didática, corrigindo as distorções relativas à cultura e à história africanas e afro-brasileiras; e a preparação de quadros no magistério aptos a lidar com a questão racial (NASCIMENTO, 2003).

Nascimento (2003), afirma que a questão racial tem sido mais problemática quando se trata de abordagens e intervenções perante educadores e a instituição escolar, em virtude da operação singular do *sortilégio da cor* que é o embranquecimento da população por meio da mestiçagem, uma vez que, as noções racistas embutidas nos textos escolares e na convivência social, são negadas com insistência, por educadores e pais, mesmo confrontados com esses conteúdos.

As mobilizações são essenciais na construção de sociedades mais justas e igualitárias bem como no surgimento de políticas que assegurem igualdade de direitos. Não é possível esperar que “raça”, como significado social, vá perder valor em futuro próximo, pois está profundamente entranhada na composição da cultura ocidental dominante. Os que lutam por uma autêntica negritude, em um mundo de dominação branca não podem subestimar as engrenagens políticas e sociais no sentido de manutenção da realidade.

### **3.4 A violência Contra o Negro**

Nesse tópico será feita uma análise de como ocorre a violência relativamente à raça negra. Para tanto, o ponto de partida será a teoria da violência hierárquica de Rita Laura Segato (2003).

Para a antropologia, as práticas que às vezes são consideradas irracionais, tem sentido para os indivíduos e obedecem a lógicas situadas que devem ser entendidas a partir do ponto de vista das pessoas que executam.

Nesse sentido SEGATO (2003) expõe que somente mediante a identificação desse núcleo de sentido, sempre levando em consideração a coletividade e as idéias socialmente compartilhadas, será possível atuar sobre os indivíduos e aplicar com êxito ações transformadoras sejam elas políticas, pedagógicas, publicitárias, entre outras.

Ela explica que o trabalho de interpretar e compreender o significado das violências praticadas contra as categorias minoritárias sejam elas, mulheres, negros, homossexuais e índios entre outros, é um trabalho que exigirá conhecer o nascedouro das suas práticas bem como o significado que representa para as pessoas envolvidas.

No Brasil um racismo automático ocorre mediante sentimentos, convicções e hábitos arraigados no contexto de uma sociedade colonialista. “As atitudes racistas e o privilégio atribuído ao branco imperam como subtexto de “raça” no consenso intersubjetivo da cultura, ou seja, como fenômenos da ordem natural das coisas” (NASCIMENTO, 2009, p. 188), numa reprodução maquinal de costumes, que muitas vezes não depende da intervenção consciente das pessoas.

Esse racismo, prático, automático, irreflexivo, naturalizado, culturalmente estabelecido e aceito não chega ser reconhecido e explicado como atribuição de valor num conjunto de representações ideológicas e simbólicas. Assim, o negro é alvo de constantes xingamentos e brincadeiras onde fica implícito e muitas vezes explícito o racismo.

Segundo Frenette um judeu, se quiser, poderá abdicar de suas crenças; um budista poderá declarar-se muçulmano, um homossexual que não tenha características femininas poderá passar por homem, concluindo que para todas as formas de discriminação há momentos de trégua e alguma chance de conversão, mas para o negro não há trégua, já que a pele não pode ser arrancada numa situação de constrangimento e humilhação (FRENETE, 2000).

No entanto, se perguntarmos aos negros se são violentados e agredidos a resposta será negativa. O mesmo ocorrerá se perguntamos aos brancos se há agressão e violência ou discriminação relativamente ao negro. A resposta também será: não! Isto mostra a percepção dessa relação entre brancos e não-brancos.



O livro *a Psicologia Social do Racismo* expõe resultados das pesquisas jornalísticas em que a pergunta era: “Você já se sentiu discriminado por sua cor? 54% dos negros e 71% dos mestiços responderam que não” (CARONE, BENTO, 2007, p. 19).

A relação de brancos e não-brancos é percebida como um fenômeno normativo. As pessoas participam desse conjunto de regras que criam e recriam essa normalidade sem terem consciência dessas relações que são prejudiciais para ambas às partes.

Nesse contexto, aparece um universo de Leis que tentam minimizar ou erradicar essas práticas. Por exemplo, no Brasil a Constituição Federal de 1988 no seu art. 4º inciso VIII, expôs o seu repúdio ao racismo e no seu art. 5º, inciso XLII, estabeleceu que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da Lei.

Em 2010 a Lei nº 12.288, de 20 de julho do citado ano, Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial que altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989; 9.029, de 13 de abril de 1995; 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. O Estatuto da Igualdade Racial está destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância étnica.

No entanto esses mecanismos jurídicos não tem sido suficientes para diminuir ou erradicar as práticas de racismo, porque muitas vezes são feitos apenas com o intuito de atender e/ou responder movimentos sociais. É necessário que os legisladores percebam que erradicar as práticas de racismo é um trabalho mais amplo que exigirá compreensão dos efeitos constitutivos de suas práticas, que estão calcadas no contexto colonialista.

Nesse sentido, cabe ressaltar que não é só por meio de leis que vamos mudar comportamentos que foram solidificados por meio da cultura. Ainda assim, como argumenta Segato (2003), a lei tem seu valor como dispositivo moderno com finalidade educativa, que permite combater o silenciamento que a moral tradicional impõe à exposição das violências hierárquicas cotidianas. Assim, como criminalizar a violência contra as mulheres ou a homofobia, criminalizar o racismo é participar de um movimento de transformação das subjetividades coletivas que naturalizam e legitimam moralmente estas formas de violência.

Assim, são necessárias também, investigações sobre a verdadeira dimensão de como ocorrem essas práticas de racismo, mostrando o seu impacto no trabalho, nas relações sociais, familiares e no psiquismo dos envolvidos e ao final formular modelos teóricos consistentes. E,

além disso, políticas públicas de caráter educativo que fomentem a convivência não-discriminatória entre diferentes.

É de competência do Estado o impulso no sentido de modificar padrões sócio-culturais de homens e mulheres, propondo programas de educação formal e não-formal que alcance a sociedade como um todo. Esses programas deverão combater práticas que baseiam em premissas de superioridade de uma “raça” em detrimento à outra e quaisquer tipos de discriminações. Nesse sentido a lei pode desafiar também a moral e os costumes, como sugerido por Segato (2003).

No mundo global da atualidade, cada vez mais os sistemas de monitoramento observam os compromissos assumidos pelos países, se estes se traduzem em leis, se estas leis são implementadas por políticas públicas, se tem o conhecimento efetivo do judiciário, se os cidadãos as conhecem, e estão mudando suas práticas, enfim se há impacto nas estatísticas do país.

No Brasil, as pessoas estão mais conscientes das leis que as governam, porém é importante ressaltar que essas Leis não tem sido suficientes para dar conta da complexidade das relações entre brancos e não-brancos. Assim, apresenta-se uma modernidade vulnerável com um “ser” negro visto historicamente como um fenômeno negativado, presentificado como anormal.

Nos vários tempos da humanidade, a cor negra, apareceu com valoração negativa. Mudar esses conceitos é o desafio dos que propõem de fato erradicar as práticas de racismo, assim como os mecanismos que compõem a violência. No caso do Brasil, o interessante é a identificação racial dentro de um sistema de classificação culturalmente específico. Muitos dos “brancos” brasileiros poderiam ser “negros” ou “não-brancos” na Europa ocidental. Cabe ressaltar, ainda, que a supremacia é de uma raça, mas a submissão é de indivíduos.

A realidade dos negros tem sido negada no sistema de dominação branco. Não ocorre apenas marginalização, mas a destruição de sua presença, de seu significado, de suas atividades e de sua imagem, enfim da sua personalidade espiritual e material, no entanto, há uma ambivalência de posição dos negros, uma adaptação a essa realidade, uma estranheza à sua real situação (NASCIMENTO, 2009).

Dentro desse sistema articulado, se produz e reproduz um mundo violento. Esse efeito violento resulta do lugar de poder sustentado pela visão do homem branco europeu como superior ao negro, à mulher e todas as outras minorias. Esse sistema reduz e aprisiona por

todos os meios possíveis o negro numa posição subordinada recorrendo à violência psicológica e física (por exemplo, quando a polícia e a segurança privada vêem em todo negro um marginal), ou mantendo a violência estrutural da ordem social e econômica como relatado no capítulo anterior, já que de acordo com as próprias estatísticas do Estado brasileiro, a indigência é negra, além da pobreza e todas as outras desigualdades.

Nesse sentido é possível afirmar que o sistema não se reproduz automaticamente nem ocorre como consequência de uma lei natural, mas é fabricado, num esforço constante da economia simbólica que organiza a relação entre o status de poder e subordinação representada pelos brancos e não-brancos como ícones do superior/inferior.

Assim faz-se necessário, mais estudos relativos à violência originária do racismo, levando em consideração o que significa ser negro no Brasil, sobrevivendo ao ataque furioso contínuo, sutil ou brutal, contra sua própria humanidade (NASCIMENTO, 2009).

## 4 RAÇA E PSICOLOGIA

Neste capítulo será feita uma análise da posição da psicologia frente a questão racial e algumas análises sobre os efeitos do racismo no Brasil.

Nos cinco anos de meu curso de psicologia, raras vezes surgiu debate sobre “raças” ou a questão do negro e de outras categorias sociais como os índios, e população de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros – LGBTTT, e até mesmo estrangeiros, apesar de vivermos numa cidade cosmopolita como Brasília, na qual há pessoas originárias de todos os lugares do mundo e de diversas partes do país.

A psicologia poderia contribuir mais na produção do conhecimento sobre o racismo e suas conseqüências na estrutura psíquica da população negra, tendo em vista o impacto do problema racial na sociedade brasileira, em termos de desigualdades socio-econômicas e práticas discriminatórias, mas também em termos do efeito do racismo sobre as subjetividades. No entanto, em função da história da sua constituição como ciência, a psicologia deixa lacunas no que diz respeito à atenção a certos temas, como veremos a seguir.

Nesse aspecto, a garantia da objetividade científica, dentro de um modelo inspirado nas ciências naturais, se dá por meio da metodologia. A metodologia envolve de um lado o distanciamento entre o sujeito e o seu objeto de investigação, e do outro procedimentos e técnicas de controle, cálculo e teste. Assim, a psicologia como ciência natural do subjetivo está sujeita a uma contradição, a priori, pois o subjetivo não se enquadra na concepção do real, mensurável e manipulável, por meio da técnica (NASCIMENTO, 2003).

A constituição da psicologia como ciência derivada da epistemologia ocidental apresenta contradições no seu projeto científico; essa contradição seria “tal ciência precisa reconhecer seu objeto – o subjetivo -, ao passo que o desconhece na sua essência, caracterizada pelas faculdades que lhe nega.” (NASCIMENTO, 2003, p. 159). Outro aspecto dessa questão é que as várias abordagens psicológicas apresentam discursos inconciliáveis.

Além disso, a psicologia teve origem na Europa com a construção e reafirmação da identidade cultural européia. Em conseqüência de seu eurocentrismo constitutivo, os africanos e os índios foram colocados na condição de selvagens. Como selvagens não eram sujeitos, se não eram sujeitos, não teriam subjetividade. Foram excluídos da categoria humano, passando seus corpos, sociedade e culturas à condição de objetos a serem domados, medidos, manipulados e controlados pela razão instrumental (NASCIMENTO, 2003).

Assim, a psicologia esteve durante muito tempo a serviço do racismo. Conforme registrado por Munanga (2004 apud ANDRÉ, 2008), houve a hierarquização das “raças”, pautando-se numa escala de valores entre as mesmas, o que foi feito relacionando os aspectos biológicos (cor da pele, traços morfológicos) com requisitos psicológicos, morais, intelectuais e culturais, proclamando a raça branca como superior às outras raças.

Com reforço a essas idéias, podemos citar também que estudos sobre psicologia diferencial, doença mental, aplicação da frenologia, psicologia das faculdades/capacidades mentais divulgaram que cada uma dessas capacidades ou habilidades teria sua sede numa determinada localização no cérebro corroborando as concepções de autores como Anastasi (1967); Galton (1869); Gobineau (1816-1882); Le Bon (1855); Leontiev (1964). O uso de tais concepções deram início ao que foi denominado racismo, oferecendo um suporte para o aparecimento da categoria “negro”, baseada em características biológicas que, fortalecida pelas atitudes a ela incorporadas, resultou numa apreensão do “negro africano”, denotando ou, limitando, uma categorização, posterior, do “negro brasileiro”, numa acoragem aos estereótipos negativos acerca dessa população (ANDRÉ, 2008, p. 39).

No final do século passado, Joseph-Arthur Gobineau, escreveu o *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, clássico da literatura racista mundial, publicada em quatro volumes entre 1853 e 1855. Ele expõe nessa obra, que todos os acontecimentos vividos pela humanidade são produtos das lutas entre “raças” superiores e inferiores e dos cruzamentos ocorridos entre elas. Além disso, classificava os grupos étnicos de acordo com as suas condições materiais e posição na pirâmide social: o poder da nobreza seria uma consequência direta de suas raízes arianas; a burguesia descenderia dos mestiços, mas ainda assim seria portadora de qualidades das “raças fortes”; e finalmente o escravo, descendente dos grupos semíticos e negros (MASIERO, 2001).

Ele desembarcou no Brasil em 1869, onde exerceria a função de diplomata pelo governo francês. No país acreditou que havia encontrado provas substanciais de suas teses lançadas no Ensaio. Durante os quinze meses que aqui permaneceu concluiu que a miscigenação condenaria a civilização brasileira à degeneração e à decadência física e psíquica. Ele acreditava que em pouco tempo, o Brasil seria habitado por um povo fraco e inferiorizado e mergulharia num caos social sem precedentes. A única saída para o Brasil segundo Gobineau era o branqueamento gradual da “raça”, o que seria possível por meio do controle dos cruzamentos raciais e com o impedimento da imigração de mais africanos no país. Após envolver-se em inevitáveis conflitos pessoais tendo em vista suas idéias

“brilhantes” foi aconselhado a deixar o Brasil em maio de 1870, pelo imperador D. Pedro II (MASIERO, 2001).

No entanto, suas teses passaram a fazer parte do imaginário da elite brasileira, assim como as teorias de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, publicada em 1859, que levaram os autores que tratavam das diferenças raciais a explicar o comportamento das sociedades humanas a partir de conceitos como “seleção do mais forte”, “hereditariedade” entre muitos outros. Darwin em passagem pelo Brasil condenou a escravidão, manifestando idéias abolicionistas; e cauteloso teria se limitado a explicar a dinâmica das diferenças biológicas, no entanto, a interpretação dessa obra teve rumos diversos (MASIERO, 2001).

Os conceitos retirados da obra de Darwin com o objetivo de justificar a dominação de um povo sobre outro levaram a formação de inúmeros segmentos sociais baseados na idéia de superioridade de alguns povos. De acordo com essas idéias todas as diferenças humanas seriam biologicamente determinadas (MASIERO, 2001).

As coletividades humanas deveriam passar por estágios evolutivos aprimorando as suas qualidades em cada uma dessas etapas. Os povos que não seguissem o referido padrão tenderiam a desaparecer. Nesse sentido a miscigenação estava fora da ordem natural da evolução (MASIERO, 2001).

#### **4.1 O Desenvolvimento da Psicologia no Brasil**

Assim, a psicologia no Brasil iria constituir-se num quadro marcado pelo positivismo, pelo determinismo racial e pelas teorias de evolucionismo social e cultural. Ela como instrumento ocidental de compreensão humana e de prática tem mostrado suas limitações quando o enfoque é a questão racial, pois não consegue, juntamente com o sistema industrial de saúde mental, fornecer explicações, fundamentos lógicos ou práticas preventivas e curativas para os negros (NASCIMENTO, 2003).

Dentre os autores brasileiros, um dos primeiros a reforçar a idéia de inferioridade dos negros foi Nina Rodrigues, psiquiatra, médico legista e criminologista. Ele apresentou a psicologia do negro como uma psicologia do *pathos* e da criminalidade tendo em vista sua “inferioridade”. O negro era apontado como infantil, sendo governado pelas emoções e não pela razão, o negro não era e não poderia ser civilizado. Os mestres de Nina Rodrigues foram Darwin, Comte, Heckel, Lombroso, entre outros, ficando claro o exercício de uma mentalidade racionalista e cientificista formada numa ambiente cuja influência eram teorias e concepções racistas, evolucionistas, e positivistas do século XIX. Ele estudou também, as

questões de criminologia a partir de tipologias raciais e acabou por construir uma falsa concepção de “predisposição criminal do negro” reafirmada em diversas abordagens que reconheciam o negro como “agente criminogênico” (ANDRÉ, 2008).

Se a ciência médica do século XIX estava marcada pelo determinismo racial que atribuía, a constituição orgânica do indivíduo a origem de desequilíbrios mentais ou emocionais, no Brasil o triunfo dessa tendência propiciou o surgimento do alienismo, uma tecnologia disciplinar emergente voltada para higienização e organização. A finalidade era domar a massa da população urbana pobre e marginalizada, percebida como uma horda de negros libertos, desordeiros, grevistas, viciados, prostitutas e degenerados em geral que se tornavam ameaças e perigo (NASCIMENTO, 2003).

Em 1903, a legislação sobre o assunto definia o alienado como um indivíduo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromettesse a ordem pública ou a segurança das pessoas. Assim, uma massa de epiléticos, histéricos e outros degenerados foi adensando a cultura da criminalidade brasileira. Aparece o determinismo racial; pois os negros eram vistos como degradados natos cuja condição de existir já configurava um desvio da normalidade (NASCIMENTO, 2003).

Segundo Nina Rodrigues, a propensão à criminalidade teria origem no desenvolvimento psíquico inadequado, o que resultava numa inata e involuntária tendência à impulsividade. Ainda para não cair em contradição esclarecia que a apatia característica também atribuída aos negros não excluía a impulsividade (NASCIMENTO, 2003).

Essa avaliação prevaleceu por muito tempo na psicologia brasileira, infiltrando-se profundamente na consciência popular. Nesse sentido, cabe lembrar que para deslegitimar qualquer reação na luta pela igualdade de direitos dos negros, recorre-se à essa assertiva de que os negros são impulsivos e desequilibrados, assim como a outras formas injuriosas (Idem).

De acordo com Oliveira Vianna (1934 apud NASCIMENTO, 2003, p. 172) a biotipologia contemporânea estabelece que do tipo físico do indivíduo, “podem se inferir, dentro de um coeficiente de probabilidades muito alto, quaes as predisposições pathologicas, quaes as modalidades prováveis do seu temperamento e da sua intelligencia”.

Ao avaliar a mentalidade do negro, Vianna percorre a literatura e conclui que o negro, com efeito, não parece poder competir com as raças branca e amarela, segundo às conclusões das observações das pesquisas da psicologia experimental (NASCIMENTO, 2003).

Essas afirmações tiveram um impacto no atendimento terapêutico psicológico no Brasil. Nesse sentido, surge em 1898 o hospital psiquiátrico Juquery no município de Franco da Rocha em São Paulo. Esse hospital chegou a ter mais de 14 mil pessoas internadas. Calcadas no evolucionismo e na teoria da degenerescência, as idéias do fundador do Juquery coincidiam plenamente com as de Nina Rodrigues (NASCIMENTO, 2003).

À frente das instituições psiquiátricas, os alienistas não divergiam de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. Considerados degenerados, inferiores natos, os negros tinham nos prontuários devidamente registrados as seguintes características: lábios grossos, nariz esborrachado, pés chatos, ou a identificação idêntica de um macaco; ou na maioria dos casos os prontuários vinham quase em branco, preenchidos em diagnósticos que apontavam na maioria para a “idiotia” e “imbecilidade” e outras colocações da degeneração. Esses pacientes, pela indigência e falta de interesse científico, em grande maioria eram esquecidos nos hospitais (NASCIMENTO, 2003).

Na época, a psiquiatria classificou os negros com dois tipos de loucura: o degenerado inferior que a mais das vezes não tinha recurso financeiro nenhum entrava no hospício, esperava anos para ser avaliado e só voltava a ter consulta ao sair ou morrer; o degenerado superior com o intelecto muito desenvolvido, quase sempre rico, merecia diagnóstico e acompanhamento mais detalhado (NASCIMENTO, 2003).

Essa visão psiquiátrica propiciou a vitória da medicina sanitarista e a psicologia sensível ao problema engajou-se na campanha dos “higienistas do espírito” organizados nas ligas de Higiene mental, assim dedicaram-se à propagação da sanidade. O estudo das funções cerebrais da psicologia tornou-se atributo do médico e de outras áreas do conhecimento. A criação de conselhos técnicos e órgãos públicos destinados a zelar pelo aperfeiçoamento da raça com estímulos à educação eugênica eram itens defendidos na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, pelos fundadores da Liga Brasileira e Liga Paulista de Higiene Mental, e diretores do Juquery e do Departamento de Assistência Geral aos Psicopatas (NASCIMENTO, 2003).

Nesse aspecto, um dos alvos prioritários da ciência psicológica sob a ótica eugênica e racial era a religiosidade brasileira de origem ou influência africana; vista como uma manifestação inferior, perigosa para a moral católica predominante e para a saúde mental coletiva. Para os psiquiatras e psicólogos da época a disseminação das religiões afro-brasileiras poderia conduzir adeptos para doença mental, caso houvesse alguma predisposição hereditária para tal, e segundo a concepção deles, sempre havia sem explicitar que estas



manifestações primitivas não eram vistas com simpatia por um país que desejava civilizar-se rapidamente (MASIERO, 2001).

As pesquisas antropológicas sobre a cultura negra enfocavam a religiosidade de origem africana desde o ponto de vista psicológico, associando-se ao modelo evolucionista que ditava a inferioridade e o desequilíbrio dos negros, no entanto, preocupados com a repressão violenta aos terreiros; a proposta democrática foi propor um “controle” psiquiátrico em substituição ao policial (NASCIMENTO, 2003).

A racionalidade científica considerava os rituais dos cultos afro-brasileiros uma afronta; os gestos, as músicas, as danças eram considerados comportamentos anormais de indivíduos que incontestavelmente só poderiam sofrer de algum atraso mental. Ainda contra a razão científica havia rituais de cura, simpatias e receitas caseiras para os males do corpo ou da alma que muitas vezes eram interpretados pelos médicos como exercício ilegal da medicina (MASIERO, 2001).

Nas técnicas psicométricas dos anos 20 e 30, procuraram-se aprimorar métodos que permitissem a identificação de psicopatas dissimulados dispersos pela sociedade, que poderiam futuramente causar “epidemias mentais” de caráter religioso. Cavalcanti (1933) justifica dessa forma a necessidade dos estudos sobre seitas e religiões pelos serviços de saúde mental (MASIERO, 2001, p. 11)

A aplicação das técnicas psicométricas no âmbito religioso tinha por finalidade manter as manifestações populares sob vigilância preventiva. Era uma forma de disciplinar os cultos religiosos para torná-los mais civilizados para o bem da soberania nacional e aprimoramento das virtudes individuais. Portanto, não era apenas uma inquietação científica, mas também política e ideológica.

O psiquiatra e antropólogo Arthur Ramos, discípulo de Nina Rodrigues, afastando-se do determinismo racial do mestre, enveredava por novos rumos da psicologia social e da antropologia cultural, assim passou a estudar as culturas africanas, em particular a religiosa, no Brasil e nas Américas. Para Ramos essa questão estava ligada a diversos estados psicológicos desde estados sonambúlicos, hipnóticos, oníricos, esquizofrênicos ou mágico-catatímicos até o estado de automatismo mental. Nessa linha de análise da religião o mais intrigante para os pesquisadores era o transe espiritual.

Segundo Bizerril (2007) o cientista do mundo multicultural, nas suas relações cotidianas precisa considerar que as explicações materialistas, racionalistas e científicas não é uma referência universal numa sociedade como a brasileira. Portanto é necessária a

compreensão do aspecto étnico do adoecimento mental e das dimensões psicológicas e psicopatológicas das culturas.

Partindo da premissa da inferioridade intelectual e moral dos negros e mestiços, suas tradições, especialmente as religiosas, foram igualmente desvalorizadas. No projeto de uma psicologia e de uma psiquiatria inspirada por uma lógica eugênica, a religiosidade afro-brasileira foi considerada um problema sanitário, uma ameaça a saúde coletiva. E foi combatida com um misto de poder médico e aparato jurídico-policial, em sintonia com um projeto cristão de hegemonia religiosa, numa clara manifestação de racismo institucionalizado e legitimado pela ciência (BIZERRIL, 2007, p. 7).

O Brasil é um país de várias crenças religiosas que estão arraigadas no imaginário dos indivíduos que as professam, assim a ciência não é o único agente de explicação da realidade. No contexto de um debate antropológico não cabe discutir se o objeto das crenças religiosas é real ou não, mas entender que constitui a experiência de vida para milhões de brasileiros (BIZERRIL, 2007).

Segundo Bizerril (2007) a cultura e o momento histórico são vitais para a atribuição de significado a um fenômeno. Assim, não há, portanto, classificação sem teoria, sem critério ordenador de classes e de suas interrelações. Nesse aspecto, portanto, os muitos parâmetros de classificação psicopatológica são arbitrários e valorativos.

## **4.2 Medidas Psicológicas**

A inteligência foi definida pelo psicólogo David Wechsler (1944-1977) como a capacidade global de um pensar racionalmente, agir com propósito e lidar eficazmente como o meio ambiente (HOCKENBURY, 2003). Já o Dicionário Aurélio define inteligência como faculdade de aprender, apreender ou compreender, percepção, apreensão, intelecto, intelectualidade.

Os testes de inteligência tentam medir habilidades mentais gerais, em vez de conhecimento acumulado ou aptidão para um assunto ou áreas específicos (HOCKENBURY, 2003). Nesse sentido, as medidas psicológicas foram criadas com a finalidade de explorar as habilidades mentais e comportamentais dos indivíduos e dos grupos humanos. Era a psicologia das diferenças (MASIERO, 2001).

Um dos pioneiros na criação de técnicas de medidas de capacidades mentais foi Francis Galton. A sua teoria era que a capacidade mental poderia ser medida de acordo com a acuidade sensório-motora. Se tudo o que havia na mente necessariamente deveria ter passado

pelos sentidos; logo, os mais inteligentes possuiriam uma capacidade perceptiva mais apurada que os incapazes (MASIERO, 2001).

Outro psicólogo Alfred Binet também desenvolveu uma série de testes para medir habilidades mentais diferentes. Ele não testou habilidades como leitura e matemática, no entanto, focalizou habilidades mentais fundamentais como memória, atenção, capacidade de entender semelhanças e diferenças. Esses primeiros testes de Binet tornaram-se referência para os testes de inteligência modernos (HOCKENBURY, 2003).

O psicólogo Binet acreditava que a inteligência era uma qualidade muito complexa para ser descrita por um único número. Ele recusou-se a categorizar “crianças normais” com base nos resultados dos testes, considerando tais classificações injustas (HOCKENBURY, 2003). No entanto, após a morte de Binet, os psicólogos americanos desenvolveram novos testes psicológicos, sobretudo pela iniciativa de Henry H. Goddard que, falseando resultados, elaborou uma teoria onde os negros, as mulheres, os criminosos e os doentes mentais eram consideradas pessoas de inteligência inferior (MASIERO, 2001).

O psicólogo americano Lewis M. Terman, em 1916, introduziu o conceito de Quociente de Inteligência – QI. Foram criados uma infinidade deles para todos os tipos de processos seletivos como para o exército, as fábricas e para o controle da entrada de imigrantes no país (MASIERO, 2001).

Segundo os psicólogos americanos dessa época, os latinos, os escravos e negros seriam pessoas menos dotados intelectualmente, portanto, indesejáveis para a construção da nação americana. Concepção semelhante ocorreu em diversos países que usaram esta assertiva como recusa de entrada dessas pessoas em seus países.

No Brasil, essas teorias foram acolhidas pela elite; ensejando as mais variadas especulações, inclusive no âmbito da psicologia que considerava a miscigenação racial perigosa para a constituição da sociedade brasileira (MASIERO, 2001).

#### **4.3 Os Danos Psíquicos do Racismo**

O racismo produz diferentes formas de adoecimento e provoca distorções na construção da identidade de negros e brancos; compreender como ele atua no psiquismo das raças envolvidas e encontrar formas de superação é uma tarefa e um dos estágios na reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária. (NASCIMENTO, 2003).

Apesar do impacto do racismo sobre os brancos ser diferente relativamente aos negros, ele tem conseqüências negativas para todos. Ou seja, o racismo é um problema para negros e brancos.

O branqueamento, considerado como uma das modalidades de racismo à brasileira, pode ser visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda das características africana, ou como o processo de clareamento da população brasileira (PARÉ, 2007).

Assim, o mestiço se tornou o branco virtual fabricado pelos brasileiros, aquele que nega a sua cor e sua origem; e mesmo os negros de pele escura às vezes se vêem brancos, importante salientar também, a invisibilidade de referenciais africanos apagados da memória histórica ou desautorizados mediante qualificações como cultura folclórica, arte popular e culto animista. (NASCIMENTO, 2003).

Nesse sentido, evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões dos privilégios continuamente guardados e resguardados por toda uma classe, já que os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida quais sejam na saúde, na educação e no trabalho (NASCIMENTO, 2003).

Os problemas raciais penetraram profundamente no psiquismo do negro e do branco: no negro sob a forma de branqueamento estético, biológico e social; com um modelo de beleza, comportamento, moral, mentalidade, etiqueta assimilados a partir de um modelo branco europeu; e no branco o medo do Outro e o desejo de eliminação simbólica e/ou física desse Outro e/ou Outros (NASCIMENTO, 2003).

Segundo Nascimento (2003) o peso do racismo é transposto para a vida cotidiana em repetidas imagens, cenas e linguagem de subordinação do negro vistos nas escolas, no comercio, no trabalho, nas relações sociais e em particular na repressão policial, essa subordinação pode ser vista como uma introjeção de inferioridade. Observa-se ainda, no comportamento dos negros o ideal de beleza e estética brancos. Na publicação, *Os Efeitos Psicossociais do Racismo* do Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008, foi exposto o caso de uma menina negra que desejava ter os cabelos loiros, iguais os da apresentadora Xuxa e que entrou num processo de auto-rejeição tão dolorosos, que a mãe em desespero comprou uma peruca para a filha.

Este fato retrata o sofrimento psíquico enfrentado pelos negros, bem como o cerceamento em que vive a raça negra no Brasil, já que são estimulados o tempo todo a

viverem um mundo de brancura. Verifica-se ainda o desejo de eliminação desses negros na medida em que são negados enquanto seres humanos, assim como a história que deveria compor suas vidas.

O ideal de branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um possível contingente majoritariamente de não-brancos, medo esse que gerou uma política de imigração européia por parte do Estado brasileiro. Esse medo deu lugar a uma reação indignada da sociedade brasileira da sua caracterização como racista o que a fez invocar a mestiçagem como prova cabal do seu anti-racismo. Isto segundo Nascimento (2003) trata-se do sortilégio da cor.

No Brasil o processo de embranquecimento vem acontecendo há mais ou menos 122 anos, e tem causado mais danos psíquicos aos negros do que os quatrocentos anos de escravidão. É um ataque psicológico ao senso fundamental dos negros do que significa ser uma pessoa humana (NASCIMENTO, 2009).

O processo de embranquecimento foi e continua sendo uma tentativa de redefinir para os negros, o que significa ser uma pessoa humana. Nesse sentido ser negro é ser menos humano e por meio do processo de embranquecer, os negros poderão ser mais humanos, já que a lógica do branqueamento associa a bondade, o sucesso, a criatividade, o gênio, a beleza e a civilização com a brancura, e em última análise identifica a condição humana com o fato de ser branco (NASCIMENTO, 2003).

#### **4.4 Eu e o Outro**

A certeza subjetiva que nos garante “eu sou”, não provém da nossa capacidade de pensar, mas da nossa identificação a uma imagem. O que garante o “ser”, para um sujeito é sua visibilidade para outro sujeito (BUCCI & KEHL, 2004).

A teoria de Freud é que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Nesse sentido, a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que o indivíduo aprende gradualmente na sua relação com os outros. Para Lacan a formação do “eu” no olhar do Outro, inicia a relação da criança com os sistemas de representação simbólica, incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual (HALL, 2001).

Segundo essas interpretações, a identidade é formada ao longo do tempo por meio de processos inconscientes. Ela permanece sempre incompleta está sempre em processo, sempre sendo formada, portanto toda identidade é provisória e desprovida de essência. A identidade surge de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas como nós imaginamos sermos vistos por outros (HALL, 2001).

Do ponto de vista do sujeito, o outro é sempre uma instância de poder, se compreendermos poder aquilo que perpassa o espaço público, determina lugares e ordena relações entre seres humanos. O outro determina e ultrapassa sua insignificância individual. Existir é antes de tudo, apresentar a própria imagem para o outro. É no espaço público que o sujeito atesta que sua existência faz alguma diferença (BUCCI & KEHL, 2004).

A pessoa só se torna humana quando reconhecida por outro indivíduo, este outro será o tema da sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana (FANON, 2008).

Tento ler nos olhos do outro a admiração e se, infelizmente, o outro me devolve uma imagem desagradável, desvalorizo este espelho: decididamente este outro é um imbecil. Não procuro desnudar-me diante do objeto. O objeto é negado como individualidade e liberdade. O objeto é um instrumento. Ele deve permitir que eu realize minha segurança subjetiva. Considero-me pleno (desejo de plenitude) e não admito nenhuma cisão. O outro entra em cena para fazer figuração. O Herói sou eu. Aplaudam ou critiquem, pouco importa. Eu sou o centro se o outro quiser me perturbar por meio do seu desejo de valorização (sua ficção) expulso-o sem mais nem menos. Ele não existe mais. Não me venha falar desse tipo! Eu não quero sentir o choque do objeto. O contato com o objeto é conflitante. **Sou narciso e quero ler nos olhos do outro uma imagem que me satisfaça** (FANON, 2008, p. 176, grifo nosso).

No sistema de dominação racial branco não há espaços para negros. Ocorre uma eliminação de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem, essa realidade negada contribui para a destruição da sua personalidade espiritual e material. Na melhor das hipóteses, é uma realidade reconhecida como inferior e indesejável. O âmago do racismo está numa sociedade hierárquica que se recusa a reconhecer o negro; sua verdadeira história, pois ele é visto como não produtor de conhecimento, tecnologia e civilização (NASCIMENTO, 2009).

Nesse contexto, o negro encarna o corpo e os ideais de ego do sujeito branco, o corpo que é ao mesmo tempo lugar de valor, é também lugar de imaginários, de ligações incontestáveis com uma lógica que precisa ser compreendida. O corpo é também nossa presença indelével nos espaços do mundo e o lugar onde carregamos nossas razões e

emoções. (LEBRETON, 2006). Nesse sentido vemos que o corpo do negro é constantemente apontado como feio, sem valor estético e/ou cultural.

As etiquetas do uso do corpo regem as interações em condições comuns da vida social dão origem a referências que asseguram o desenvolvimento da troca; diluídos nesse ritual o corpo deve fundir-se aos signos e cada ator deve encontrar no outro, como num espelho, as próprias atitudes e a imagem que não o surpreende nem atemoriza (LEBRETON, 2006).

Nesse sentido, Segato (2005) enfatiza que raça é signo, e como tal, depende de contextos definidos e delimitados para obter significação e tornar-se importante; assim a cor da pele negra é um signo irrelevante nos espaços públicos, não está associada à beleza, bondade, poder, autoridade e prestígio.

Essa impossibilidade de identificação causa danos psíquicos, sociais e espirituais às pessoas negras que não encontram signos como espelhos; não há referenciais negros para os negros, nos livros didáticos não há personagens negros corajosos, bondosos e inteligentes, na mídia durante muito tempo os negros só apareciam nos trabalhos domésticos ou como escravos nas novelas de época, na política não há negros de prestígio, em profissões de visibilidade os negros são minoria. Assim as aparências negadas colocam em dúvida suas identidades, falta clareza nas suas definições sociais.

Assim, não há reconhecimento do ser negro que constantemente é reenviado a si mesmo, já que não encontra ressonância no outro. Nesse sentido a operação unilateral seria inútil porque o que deve acontecer só pode efetivar pela ação dos dois, eles passam a reconhecer a si próprios como se reconhecem reciprocamente (FANON, 2008).

Segundo Fanon (2008) para que haja um encontro e uma integração dos brancos com os negros é necessário que o branco reconheça o negro na sua humanidade e o negro também reconheça o branco na sua humanidade, sendo que se o reconhecimento for unilateral não haverá o verdadeiro encontro entre negros e brancos, ou seja, um precisa do reconhecimento do outro e vice-versa para a construção de suas identidades.

O movimento afrocentrado se contrapõe a esta análise de construção de identidade. Para o afrocentrista o problema não se localiza no reconhecimento das identidades, mas na capacitação para participar do jogo democrático do poder (NASCIMENTO, 2009).

Assim, antes de pleitear o reconhecimento do outro, os afrocentrista querem construir as bases para o pleno autorreconhecimento por meio da história real da África e suas culturas.

Nesse sentido, criticam os conceitos dominantes de história e cultura africanas e os conteúdos encobertos e distorcidos pelo eurocentrismo (NASCIMENTO, 2009).

Os afrocentristas convocam os negros para o exercício da capacidade de pensar, criar, agir, participar e transformar a sociedade por força própria. A proposta da afrocentricidade resultou na fundação de escolas de abordagem afrocentrada e no desencadeamento de um movimento amplo na área da educação (NASCIMENTO, 2009).

Segundo essa proposta, os negros ao recuperarem suas próprias plataformas, ocupar seus próprios espaços culturais e acreditarem que a forma dos negros de contemplar o universo é tão válida quanto qualquer outra; poderão atingir a qualidade de transformação necessária para participar plenamente numa sociedade multicultural (NASCIMENTO, 2009).

A linha de pesquisa inaugurada por Cheikh Anta Diop constitui como partida da abordagem afrocentrada. O pensamento e o passado clássico africanos, localizados na antiga civilização do Egito (Kemet) e do vale do rio Nilo, são realçados como “referências de uma perspectiva africana, da mesma forma que a Grécia e o Império Romano são as referências do mundo europeu” (ASANTE, 1998, p. 11). Extensas pesquisas orientam a discussão sobre o processo eurocentrista de apagar as referências à civilização egípcia como esteio de origem da civilização ocidental (Diop, 1974; Bernal, 1987); a unidade subjacente às culturas africanas (Jahn, 1961; Diop, 1978; Asante e Welsh-Asante, 1990; Welsh-Asante, 1993; Obenga, 1995; Asante e Abarry 1996); à presença e à influência dos africanos e suas culturas na construção das civilizações humanas no mundo antigo (Van Sertima, 1976, 1985; Van Sertima e Rashidi, 1985); à característica matrilinear dessas civilizações para o pensamento feminista e a questão das relações de gênero (Diop, 1978; Van Sertima, 1984; Oyewumi, 1997); e as implicações de todas essas reflexões para a formulação de conteúdos curriculares e técnicas pedagógicas (Shujaa, 1995). A pesquisa e análise afrocentradas voltam-se também aos temas atuais da modernidade tardia, neomodernidade ou pós-modernidade (Asante, 1998) (NASCIMENTO, 2009, p. 194).

Segundo os afrocentrados a humanidade começou na África e todos os subgrupos ou variedades contemporâneas são ramificações da árvore genealógica humana enraizada na África. O antigo Egito foi uma civilização negro-africana em todos os aspectos desde o período pré-histórico até a conquista romana nos anos 30 a. C.

Nesse aspecto, se faz necessário que os africanos deslocados, removidos ou desenraizados de seu território cultural e afastados das teorias africanas, se reencontrem, retomem a sua humanidade, a história e a herança que lhes foram negadas, reapropriando-se delas, tendo em vista que a religião, a ciência, a arte, como a conhecemos hoje tiveram início na África.



#### 4.5 Foco Psicológico Afrocentrado

Segundo Nascimento (2009) a psicologia como instrumento ocidental de compreensão humana e de prática, apresenta limitações em sua capacidade de orientar a exploração, o esclarecimento e a apreensão da experiência humana dos negros.

Os sistemas explanatórios e as abordagens de tratamento, empiricamente validados de ciência médica e psicológica, sendo utilizados como se fossem práticas psiquiátricas e psicoterapêuticas de valor objetivo, não expõem fundamentos lógicos ou práticas preventivas e curativas para os negros (NASCIMENTO, 2009). Segundo esses sistemas não há racismo no Brasil, portanto não há dor nem sofrimento provenientes desse fato que mereça atenção. O fato é que os negros, não tem atenção nem mesmo para problemas básicos de saúde, nesse sentido o próprio Ministério da Saúde no II Seminário de Saúde da População Negra admitiu o fato de que os negros são discriminados no sistema de saúde no Brasil.

Assim, os afrocentrados apresentam uma psicologia negra com a finalidade de uma libertação física, mental e espiritual dos negros, portanto, uma psicologia centrada na integridade negra, cuja tarefa fundamental é criar e criticar um corpo de idéias, teorias e práticas destinadas a favorecer a compreensão, a explicação e, quando necessário, a cura do ser, do vir-a-ser e da pertença dos negros, em todas as expressões históricas e desdobramentos contemporâneos (NASCIMENTO, 2009).

Os negros quando manifestam o desejo incontrolável de ser branco ou de se aproximar da brancura, ou tem a ilusão que não são negros, devem ser vistos como indivíduos que passaram por uma experiência prolongada e constante do terrorismo psicológico de “embranquecimento”, pois o desejo de ser branco é uma doença mental debilitante para a raça negra (NASCIMENTO, 2009).

Os psicólogos afrocentrados acreditam que a imposição constante da supremacia branca resultou numa distorção de personalidade das pessoas negras. Akbar (1981 apud NASCIMENTO, 2009) identifica quatro distorções de personalidade relacionadas com grupos tipificados pela opressão, pelo racismo e pela supremacia branca. A primeira seria a **desordem de ego alienado**, em que a pessoa comporta-se de modo contrário a sua negritude, aliena-se em relação a si mesma. Sua imagem e tudo que recorde uma pessoa negra são desagradáveis a si. A segunda **desordem do ser contra si mesmo**, em que a pessoa expressa hostilidade aberta ou disfarçada em relação ao próprio grupo e, portanto, a si mesmo. A terceira **a autodestrutiva**, as pessoas afetadas apresentam fugas da realidade. A quarta

**disfunções fisiológicas, neurológicas e bioquímicas** provocadoras de desordens da personalidade resultado das desigualdades raciais continuamente perpetradas no atendimento médico e na educação e outras condições sócio econômicas de vida (grifo nosso).

Segundo os afrocentrados é necessário pensar profundamente o fato de ser negro, porque a exposição constante às definições do que é ser branco, enfraquece a pessoa negra (NASCIMENTO, 2009).

Os negros tendo vivido anos de racismo e opressão não percebem mais o ataque contra seu valor humano e seu bem-estar. Em estado de choque cultural declaram e defendem a posição do Estado de que somos todos brasileiros, mesmo quando não são igualmente tratados e respeitados, pois o Estado esquece que os negros foram fundamentais na construção deste país, que se encontra em franco desenvolvimento, em muito deve aos negros sacrificados quando escravos e também na condição de libertos (NASCIMENTO, 2009).

Ao identificarmos os danos causados pelo sistema histórico de “embraquecimento” e o impacto na contemporaneidade faz-se necessário pensar as intervenções clínicas e terapêuticas necessárias para aliviar e reparar esses danos. Há necessidade de projetar um processo de reabilitação específico com a finalidade de apoiar, estimular, e sustentar comportamentos, crenças, atitudes, habilidades e atividades culturalmente significativas.

Nesse sentido, compreendem os afrocentrados que os tratamentos clínicos e intervenções terapêuticas com o “*sakhu sheti*” que é entender, interrogar e explicar a natureza do funcionamento do ser humano negro, por meio de investigações rigorosas, profundas e penetrantes do estudo e do domínio, do processo de iluminar o espírito humano dos negros, é indispensável.

O poder psíquico encontrado no círculo intacto da força espiritual que define a negritude tem que ser reconhecido, admitido e ampliado pelos negros. Não admitir ou negar a negritude limita a capacidade dos negros de curar a si mesmos e compreender a conexão humana, assim como limita a capacidade dos negros de cuidar uns dos outros e curar uns aos outros.

Nos termos do Sakhu, importa notar que a concepção africana do que significa ser uma pessoa humana também dita nossa concepção do eu, e se a conceituação africana (negra) do eu (pessoa) é de fato um “eu ampliado” (Nolbes, 1973, 1976), então o paciente tem de ser a comunidade inteira. Nossa tarefa é curar toda a raça (NASCIMENTO, 2009 p. 291).

A compreensão plena e total do funcionamento da negritude exige o estudo profundo da vida dos povos africanos. Assim é necessário desenvolver um pensamento, uma teoria e uma terapia novas, que reflitam e respeitem a força espiritual africana como recurso intelectual e instintivo para que a negritude venha a apresentar impulso revolucionário para atingir as libertações físicas, mentais e sociais, objetivando alcançar formas superiores e mais significativas de vida humana para o futuro.

O *sakhu sheti* permite uma compreensão mais precisa no contexto do afro-Brasil, dos quilombos, do candomblé e dos orixás como evidências de um movimento revolucionário e inspirativo que revelam e iluminam o espírito africano no Brasil. Assim, os negros brasileiros devem procurar conhecer a verdadeira história da África e seus legados nas áreas tecnológicas, científicas e principalmente religiosas.

Nascimento (2009) expõe a sua convicção de que o *sakhu sheti* pode ajudar os brasileiros a restabelecerem o lugar em que todos possam respeitar, com honestidade sem pedir desculpas e sem sentir vergonha, a utilidade, as realizações, a alegria e a beleza de ser, pertencer e tornar-se negro.

Este é um movimento que teve origem nos Estados Unidos como exposto no capítulo anterior e constitui importantes reflexões para a raça negra no Brasil. É um ponto de partida para que os psicólogos possam pensar uma teoria e um contexto clínico capaz de acolher e lidar com os danos psíquicos do racismo, relegados até então, como um problema de somenos importância.

Foi realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no período de 13 a 15 de outubro de 2010, o I Encontro Nacional de Psicólogos (as) Negros (as) e Pesquisadores (as) sobre relações Interracialis e Subjetividade no Brasil. Nesse encontro os temas aqui colocados foram intensamente estudados, debatidos e questionados. Este é um evento histórico. Pela primeira vez, um encontro nacional para discutir o tema.

No Brasil não há uma teoria ou um contexto clínico voltado para os problemas raciais e as pessoas negras quando tem seus sofrimentos psíquicos colocados num contexto terapêutico não encontram os acolhimentos necessários, no que diz respeito às questões decorrentes dos efeitos do racismo sobre as subjetividades negras. Eu poderia citar inúmeros casos, até mesmo pessoais de como essas queixas são recebidas no contexto clínico. Identifico que um dos problemas, ou talvez o maior deles é a ausência de uma escuta sensível à questão racial como queixa legítima no contexto clínico.

Nesse sentido não são críticas pessoais, mas a toda estrutura de uma ciência psicológica que observa sempre o indivíduo a partir de um modelo de homem branco europeu; de uma psicologia que como a maioria dos brasileiros prefere fechar os olhos e responder que vivemos numa democracia racial, de uma psicologia que tem como pressuposto acolher o sofrimento e, no entanto, tem grandes dificuldades de debater seriamente problemas raciais, dos índios e da população LGBTT.

A domesticação é uma forma sutil de racismo. Muitos brancos não se acham sequer dispostos a admiti-lo, mas bastaria prestar um pouco de atenção à psicologia dos não brancos para constatar a deformação causada por ela. Ocorrem-me, a esta altura, dezenas de casos. Por exemplo, o de um amigo bem sucedido que começou a ter problemas de relacionamento com o filho e procurou uma psicóloga; ele a procurou, entre outras razões, por sentir que estava transferindo para o garoto seus conflitos raciais. A psicóloga não concedeu qualquer atenção a essa problemática: “O problema só existe em você. Não é um problema real, que afete a relação entre pessoas na nossa sociedade” (SANTOS, 1994, p. 50).

Os relatos dessa natureza não são mais freqüentes porque a psicologia clínica, por seu caráter de prática elitista, atende na maioria dos casos uma classe social elevada, onde os negros ainda são minoria. No artigo, “Eu mulher psicóloga e negra”; Neli Ferreira Mures (1984), formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro relata que quando começou o consultório, muitas vezes chegava alguém com uma indicação e vinha procurar a psicóloga. Assim que ela abria a porta, e a pessoa percebia que era uma mulher negra, levava aquele susto, ficava com uma expressão de espanto. Ela expõe ainda: - nesses anos todos de consultório, nunca tive um cliente negro.

#### **4.6 A Escuta na Psicologia**

Nascimento (2003) expõe que o diálogo significa uma troca entre dois sujeitos, no entanto, na terapia psicológica onde há uma pessoa negra, a mais das vezes, não tem acontecido essa troca, tendo em vista que a psicologia não tem proporcionado uma verdadeira escuta aos negros. Os psicólogos não estão preparados para esta escuta, não conseguem apreender a dimensão do sofrimento das pessoas negras. O lamento do negro não tem escuta.

Os cursos de psicologia, na forma como estão estruturados, não fornecem espaço para entendimento da vivência negra, uma vez que a cultura e a história dos negros não figuram nos currículos e a discussão é relegada a segundo plano. Portanto, o paciente é sempre concebido dentro da lógica do sofrimento de um branco europeu. Em menor escala, este

questionamento se coloca inclusive para os brancos brasileiros, que vivem suas próprias especificidades culturais que os diferenciam dos europeus.

As queixas de um negro sobre suas dificuldades profissionais, afetivas e/ou emocionais a partir de sua cor, serão recebidas, no consultório, na maioria das vezes, como um delírio já que a concepção corrente é a de que vivemos numa democracia racial. Segundo Figueiredo (1995) as teorias psicológicas para terem eficácia para a sociedade como um todo precisam de profundas transformações e novos sentidos; e este século constitui-se um novo terreno para novas formas de subjetividade.

Essa psicologia, que coloca o debate do problema racial em segundo plano, vai intervir nas diversas áreas de estrutura de vida dos negros. Na área organizacional vai definir o local de trabalho dos negros, nos teste psicológicos apontará possíveis distúrbios, enfim determinará em grande parte a vida dos negros brasileiros. No entanto, esteve durante muito tempo a serviço do racismo e pouco tem feito no sentido de erradicar práticas preconceituosas, já que não pode trabalhar aquilo que não vê, assim como não tem manifestado uma maior compreensão dos problemas reais do racismo no Brasil e os danos psíquicos engendrados por essa prática.

Nascimento (2003) expõe que na terapia onde há um paciente negro pode se configurar uma experiência de desconexão como exposto a seguir:

Na escuta de um paciente cuja crise pessoal coloca questões derivadas da vivência do racismo, por exemplo, a experiência de vida de um terapeuta branco pode levá-lo a negar o impacto da discriminação racial na vida do cliente, negando-lhe assim o reconhecimento de sua singularidade de experiência. Também pode constituir um desencontro de linguagem e de significações simbólicas capaz de interferir não só na escuta como na interpretação dos silêncios. Num exemplo hipotético, poderia ser interpretada de forma equivocada a hesitação do paciente sobre falar ou não da vivência da questão racial, motivada por dúvida: o terapeuta não vai ouvir com simpatia e compreensão! (NASCIMENTO, 2003, p. 198).

Nesse sentido, não quero afirmar que no caso de um terapeuta negro com um cliente negro esse encontro se daria, porque o negro tendo percorrido toda uma formação numa faculdade majoritariamente de professores brancos, com uma ideologia de supremacia branca, torna-se no mínimo estranho a si mesmo e aos outros.

Ele se torna estranho porque vive uma dubiedade entre ser e não ser verdadeiramente negro; são como os presidentes de uma nação que para governar um país são obrigados a

fazer várias alianças. Esses negros muitas vezes não estão preparados para serem eles mesmos.

Assim, os negros no Brasil continuam lançados à própria sorte. Não existe, ainda, um trabalho estruturado em nível nacional de acolhimento na psicologia, na educação, nas organizações de trabalho e/ou na medicina. No entanto, começam surgir alguns projetos, em alguns estados, com a finalidade de atender a raça negra.

O Instituto AMMA Psique e Negritude é uma organização não-governamental que foi criada, em 1995, por um grupo de psicólogas com o objetivo de trabalhar as complexas relações inter-étnico-raciais. Ainda, em São Paulo, o Instituto do Negro Padre Batista, oferece um programa de atendimento jurídico com assistência psicológica a vítimas de crimes raciais, em convênio com a procuradoria-geral do Estado (NASCIMENTO, 2003).

No Rio de Janeiro, a Trupe da Saúde e o Grupo Cultural Afro Reggae. Na saúde trabalha doenças sexualmente transmissíveis, intervenção feita por psicólogos. Em Florianópolis o Programa de Justiça do Núcleo de Estudos do Negro criou em 1998 um setor de Atendimento Psicoterapêutico para as vítimas do Racismo (NASCIMENTO, 2003).

Com relação às limitações no enfrentamento da questão racial pela psicologia, transformações na formação acadêmica e profissional, compreendendo a inclusão nos currículos da temática racial, do racismo e suas implicações, bem como atenção mais explícita ao compromisso social da psicologia com as pautas de direitos humanos, poderia contribuir para ampliar o debate, de modo a sensibilizar futuros (as) profissionais com relação à relevância deste tema. Ainda que seja fundamental o protagonismo dos psicólogos (as) negros (as) na criação de estratégias psicoterápicas específicas, é também importante engajar toda a categoria no enfrentamento do racismo dos danos que ocasiona.

## 5 RACISMO E SUBJETIVAÇÃO

Neste capítulo serão realizadas análises da subjetividade na psicologia e a dimensão subjetiva do racismo, descortinando o impacto da imagem do significado de ser negro em contextos nos quais operam lógicas raciais, ou mesmo racistas, na produção das subjetividades.

A subjetividade negra é uma subjetividade de um indivíduo inferiorizado. O negro é visto no mundo como um objeto de menos valia em meio a tantos outros objetos. A subjetividade de um negro está estruturada em um passado que ele talvez ignore, mas que está presente num pertencimento coletivo que a visibilidade contemporânea afirma, fabrica, reformula, organiza, e defende de todas as tentativas de apagar (ERIBON, 2008). O sujeito negro tem uma história singular, no entanto, ele jamais será visto como único, mas por um coletivo que é constituído por outros sujeitos que são sujeitados pelo mesmo processo de inferiorização (ERIBON, 2008; LEBRETON, 2006).

As associações relativas ao que representa o negro são depreciativas e de menos valia. O mal é representado pelo negro: satã é negro, o carrasco é um homem com um traje e capuz negro, o gato negro dá azar, o rato negro é o rato de esgoto. No jogo a bola sete é que complica o jogo, a luz negra é luz do negro doido, a luz negra é luz psicodélica, o negro obscuro, a sombra, as trevas, a noite, o labirinto da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém. Os jovens de pele escura não são considerados belos e/ou atraentes, negro cabelo ruim, negro feio. O negro seja de forma concreta ou simbólica representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não houver uma compreensão desta proposição por negros e brancos, todos os mecanismos para fazer valer igualdade de direitos será falha (FANON, 2008).

A injúria verbal é repetida e reforçada pela imagem do negro sempre numa posição inferior; nas novelas, nos livros didáticos, nos programas de TV e nas propagandas. Essa inferioridade atribuída aos negros perpetua as estruturas mentais que fundam essa inferioridade (ERIBON, 2008).

Em contrapartida, não tem como deixar passar a supremacia e a imposição de uma estética branca divulgadas em todo país. Nas novelas, nos livros didáticos, nos programas de TV, nas propagandas: anjos de procissões são brancos, nas histórias infantis os heróis e heroínas são brancos, os brancos são sempre nobres europeus, as protagonistas de filmes e novelas brasileiros são, em grande maioria, brancos dos olhos azuis (QUEIROZ, 2000).

Ressalte-se que, relativamente aos livros didáticos, mudanças vem sendo implementadas pelo Ministério da Educação após uma luta permanente dos movimentos negros. A Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. O Ministério da Educação executou uma série de ações de enfrentamento aos problemas raciais nas escolas: formação continuada presencial e a distância de professores na temática da diversidade étnico-racial em todo país, publicação de material didático, realização de pesquisas na temática, fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's) constituídos nas instituições públicas de ensino, por meio do Programa UNIAFRO, dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, entre outros.

No entanto, o mundo contemporâneo, ainda, não tem uma noção coerente do que seja uma pessoa negra que não vivencie sofrimento por sua cor. É improvável a uma pessoa que tenha sua existência continuamente negada não manifestar, qualquer que seja, um estranhamento sobre si mesmo, um sofrimento psíquico que em algum momento de sua vida vai se fazer presente.

Essa vulnerabilidade social e psicológica dos negros no Brasil tem como um dos seus elementos constitutivos; a injúria, que todo negro em algum momento de sua vida vai ouvir. Idéias racistas comumente expressadas por meio de ações verbais e não verbais (ERIBON, 2008).

“Negro burro”, “negro safado”, “bestial”, “macaco”, “ignorante”, “bandido”, “bêbado”, “negro quando não caga na entrada, caga na saída”; “só podia ser... é negro por derradeiro”, “pensa que negro é gente”, “negro de alma branca”, “é incompetente porque é negro”, “cabelo ruim”, “cabelo de Bombрил”, “nariz de bujão”, “boca de chamboquera”; “azeitona preta”, “castanha queimada”, “tonel de piche”; não são simples palavras, são agressões que marcam de forma indelével a consciência de quem ouve. A injúria mostra aos negros que eles fogem do padrão de normalidade branca (ERIBON, 2008).

É por meio da linguagem que criamos e vivenciamos os significados. Na linguagem está a promessa do reconhecimento. Nesse sentido, os negros vivem num mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. As palavras da vida cotidiana tanto quanto da vida social atribuem ao indivíduo negro e/ou a raça negra um lugar inferior. O mundo de injúrias está na linguagem que os precedeu e se apodera dos negros, antes mesmo de saberem quem são (ERIBON, 2008).



A linguagem cotidiana, assim como a linguagem das imagens é efetivada por relações de força, onde ocorre a dominação simbólica e as percepções do mundo e das representações socialmente legítimas. O dominante é aquele que consegue impor a maneira como quer ser percebido; e o dominado aquele que é definido pensado e falado pela linguagem do outro e/ou aquele que não consegue impor a percepção que tem de si mesmo (ERIBON, 2008). As identidades são, portanto, posições ocupadas contextualmente, como argumenta HALL (1997). Resultado de processos de identificação e de interpelação, mas também de conflitos entre o fazer-se representar, por uma imagem com que se identifica, e ser representado pelos outros, por uma imagem desfavorável.

O sujeito é a um só tempo uma subjetividade potencialmente livre, um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos e ao mesmo tempo um ser sujeito, submetido a uma autoridade superior, portanto desprovido de liberdade. Assim, a injúria é portadora de forças sociais. Ela interpela o sujeito no sentido de demandar explicações. O relacionamento de brancos e não brancos é profundamente normativo e violento (ERIBON, 2008)

Uma pessoa negra descobre que é alguém que pode a cada momento ser julgada e agredida, que é objeto de olhares, dos discursos e que é estigmatizada por esses olhares e discursos. Negros e brancos tem lugares bem demarcados e quando um negro resolve freqüentar espaços que não são da sua pertença, os olhares com certeza esboçarão o questionamento silencioso: O que é que você está fazendo aqui (ERIBON, 2008).

Logo, a injúria é, a um só tempo, perquirição e desapontamento. Minha consciência é investida por outrem e estou desarmado diante dessa agressão. Como diz Sartre, sempre a respeito de Genet: “Um farol ofuscante o traspassava com suas luzes”, sozinho impotente, podia apenas se debater “nessa coluna de luz” que é o olhar do outro, seu poder de nomear.” (ERIBON, 2008, p. 28)

Já crianças se aprendem que há pessoas que podem ser xingadas, como os negros e os gays; esses xingamentos operam como ato de censura como a formulação de um interdito que se endereça a todos pelo fato de editar, garantir e reforçar o domínio, neste caso, de uma raça sobre outra. “A injúria uma vez que define o horizonte da relação com o mundo produz um sentimento de destino... além de um sentimento durável e permanente de insegurança, de angústia, e às vezes, até de terror, de pânico” (ERIBON, 2008, p. 85)

Na injúria é o íntimo, o mais profundo do ser que é tocado, o que toda tradição espiritualista denominou “alma”. Quando a injúria provoca um eco forte na consciência daquele que recebe pressupõe que esta alma foi fabricada pela socialização num mundo de

injúrias e de inferiorização. Ela não é só objeto alvo dos mecanismos de adestramento, ela é o efeito deles (ERIBON, 2008).

Quando os negros percebem essa menos valia, nesse contexto de injúria a que são submetidos passam a odiar o fato de ser negro. Fanon (2008) expõe que o negro quer ser branco e para o negro não há senão um destino e ele é branco, uma vez que ele já admitiu a superioridade indiscutível do branco ele realiza todos os esforços no sentido de realizar uma existência branca. Este racismo interiorizado é um dos efeitos da estrutura da relação com o mundo moldado pela preexistência da injúria.

Com relação aos impactos subjetivos da experiência do racismo, Nascimento (2009) relata que uma das possíveis alterações psíquicas do negro é a desordem do ser contra si mesmo, nesse caso a pessoa expressa hostilidade aberta ou disfarçada em relação ao próprio grupo, e portanto a si mesma. Esse indivíduo identifica-se exageradamente com o grupo dominante e imita ou internaliza a hostilidade e o negativismo desse grupo em relação ao seu. Nesse sentido, ela expõe a possibilidade da participação de negros em grupos de extermínio que matam negros; e/ou professores e policiais negros que odeiam negros.

No entanto, Fanon (2008) expõe que esse racismo de negros contra negros é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco. São indivíduos que olham sem ver, ou veem apenas o que querem ver.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Eribon (2008) afirma que a injúria se perpetua e se reproduz sem cessar, provocando feridas, submissões e revoltas; e que nesse sentido os indivíduos que pertencem a determinadas categorias estigmatizadas fazem tudo que podem para dissociar-se do grupo constituído pela injúria.

Assim, por ser sempre coletiva, por inscrever um indivíduo num conjunto, a injúria tem por efeito que os indivíduos assim designados - ou que querem evitar ser assim designados - buscam por todos os meios dissociar-se dessa “espécie” à qual a ordem social e sexual entende ligá-los. Por coletivizar, o insulto leva ao individualismo. (ERIBON, 2008, p. 94)

O racismo cria um foco interior de contradições nas quais se inscrevem as dificuldades encontradas pelas pessoas negras de amarem a si mesmas e aos outros da sua raça. No entanto, só a aceitação de si como membro do coletivo visado e a solidariedade mínima de negros com negros pode servir de ponto de apoio a uma resistência eficaz à injúria e o processo de estigma dos negros na sociedade brasileira “ [...] a autonomia individual, a

liberdade individual, se constroem e se conquistam por batalhas que só podem ser coletivas e que estão sempre a recomeçar” (ERIBON, 2008, p. 95)<sup>3</sup>.

Esta análise nos mostra como a subjetividade negra é subjugada pelos modos de representação das hierarquias de raças e pela violência normativa que é exercida na dinâmica da vivência de brancos e não brancos.

Em algum momento o negro vai ter que superar essa dor de existir. Segundo Fanon (2008) há uma região extraordinariamente estéril, árida, uma rampa essencialmente despojada onde um autêntico ressurgimento pode acontecer, mas que a maioria dos negros não realiza, esta descida aos verdadeiros infernos de si mesmos.

Assim, uma verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Se faz necessário, também, que o negro produza a si mesmo, suas próprias representações, e por essa iniciativa de se produzir como sujeito do discurso; recusar-se a ser apenas objeto dos discursos dos Outros.

Os argumentos dos parágrafos remetem aos debates fomentados no campo das chamadas “políticas de identidade”, por meio das quais grupos subalternos buscam constituir-se como um coletivo que reivindica direitos específicos, diante de uma experiência de opressão que os membros do grupo minoritário compartilham.

### **5.1 O Sujeito Negro Subjetivado**

No Brasil existe um senso comum no sentido de que a tese da inferioridade do negro e o determinismo racial foram varridos do país pela magia branca do lusotropicalismo, não restando vestígio de sua operação social. Essa idéia convive em tensão constante com o testemunho de intelectuais e ativistas negros que documentam a presença ativa do ideário eugenista em incontáveis fatos cotidianos (NASCIMENTO, 2003).

Observa-se que a sociedade brasileira está estruturada de forma a permitir a ilusão aos negros, de às vezes, se sentir branco, desde que não crie problemas e não exija de fato igualdade de direitos. Essa, esquizofrenia social permite a ocorrência de fatos que seriam escândalos em qualquer lugar mais civilizado do mundo, mas que no entanto aqui são aceitos com a mais espantosa naturalidade (FRENETTE, 2000).

---

<sup>3</sup>Este tem sido o argumento das chamadas “políticas de identidade”, por meio das quais minorias no sentido sociológico e não demográfico do termo, buscam constituir-se como coletivo sobre o qual pesa uma opressão compartilhada, que justifica a reivindicação de direitos específicos.

Ilustro esta afirmação com um exemplo. Na cidade paulista de Araçatuba, em junho de 1997, foi realizado um seminário, no qual estavam presentes dois representantes do governo; o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha e o Ministro dos Esportes Edson Arantes do Nascimento. À época o Ministro Eliseu Padilha ofendeu publicamente o Ministro Edson Arantes do Nascimento e a população negra brasileira. Padilha declarou: “No Brasil existem dois pretos que são admirados por todos. Um é o Pelé, que é nosso rei de sempre. O outro é rei asfalto. Todo mundo gosta de asfalto. “É o preto que todo mundo gosta”. Em suma os negros são quase metade da população desse país e apenas dois são queridos, sendo um pessoa e o outro coisa. Este exemplo retrata bem a subjetivação do negro que é visto muitas vezes como um objeto; mostra a injúria sempre presente nas relações entre brancos e não brancos, e por fim mostra também um negro que se vê branco, que foi incapaz de responder tamanha deselegância e falta de respeito de um representante de governo do qual ele também fazia parte (FRENETTE, 2000).

O caso suscitou várias polêmicas nos meios de comunicação, no entanto, se não vivêssemos numa sociedade inexplicavelmente apática, convencida da democracia racial, esse caso não seria apenas polemizado, mas sim seria exigido no mínimo que esse representante de governo respondesse criminalmente pela sua insensatez. No entanto, a época configurou apenas como um deslize de um homem público (FRENETTE, 2000).

Ícones de uma sociedade perversa e mentirosa, esses agentes públicos representam uma sociedade que nega veementemente o racismo, mas que, no entanto, o pratica diariamente. Esse fato faz parte do racismo à brasileira, na maioria das vezes, dissimulado e escorregadio e praticado nas entrelinhas (FRENETTE, 2000).

A subjetividade negra marcada pela injúria tem início, ainda na infância. Frenette (2000), professor e militante das questões raciais, expõe que a criança negra deixará a proteção do interior de sua casa para socializar-se na escola. Apresenta-se então, ou uma escola onde ela será minoria, ou uma escola que mesmo tendo outras crianças negras, ela não será poupada, de nos desentendimentos com os colegas, ouvir injúrias como “negro burro”, “pedaço de carvão”, “neguinho”, “neguinha” entre outros.

Fazzi (2006) ao realizar pesquisas em duas escolas públicas de Belo Horizonte, freqüentadas respectivamente por crianças predominantemente de classe média e por crianças predominantemente pobres observou que as categorias; brancos e negros se dão por meio da percepção de um continuum que diferencia morenos, claros ou escuros, e pretos “mesmo”, sendo que o preconceito é tanto mais forte quando a pele é mais escura e os traços negróides.

Foi observado também que um forte componente estético permeia a construção das categorias brancos e negros: o negro é considerado feio, parecido com o macaco e, além da cor da pele, o cabelo é considerado de aspecto desagradável.

Relativamente ao comportamento das crianças, o preconceito racial se dá por meio da prática de xingamentos e gozações, o que tornam frágeis e instáveis os momentos de integração e de convivência, pairando sempre uma ameaça sobre aqueles que são vulneráveis ao rótulo de “negro”. Surge ainda, a associação entre os traços físicos e atributos morais: o diabo é negro, o negro é ladrão (FAZZI, 2006).

A discriminação expulsa as crianças negras da escola. Há um desgaste continuado quando são agredidos verbalmente, porque esses xingamentos constituem uma violência de um para com o outro. Os professores, em grande maioria, não têm consciência do quanto isso dói na criança e do quanto esse problema dificulta a aprendizagem. A discriminação, em muitos casos, leva as crianças a terem menos interesse pelos estudos e por fim pode provocar a evasão escolar. Há também o sentimento do não-pertencimento; o aluno negro não se vê representado na maioria dos livros didáticos. Como exemplo: a contribuição dos africanos na construção do país, constituição da diversidade e valores culturais; esse aluno não percebe respeito, por ele e pela sua origem familiar e social. Assim, quando chega à idade do ensino médio, ele não está mesmo na escola, ele está na rua (INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2008).

Segundo Fazzi (2006), pesquisas qualitativas têm indicado a presença de preconceito entre professores cuja manifestação mais comum são as formas sutis de omissão, distanciamento afetivo e pressuposição de fracasso escolar. A escola tem desempenhado um papel de reprodução do preconceito e da discriminação, não há conscientização dos professores de um problema racial como “fato”, e as práticas pedagógicas não são redirecionadas no sentido de combater o preconceito (FAZZI, 2006).

Há, ainda, no período escolar, a fase dos afetos e da sexualidade, em que os adolescentes negros vão perceber que sua cor também é um empecilho para as relações afetivas (FRENETTE, 2000).

Essas vivências podem acarretar na pessoa negra traumas psíquicos. Os negros preocupam-se constantemente com autovalorização e com o ideal de ego. Cada vez que entram em contato com o outro, advém questões de valor e mérito, sendo que o valor próprio da pessoa negra tende a se desestabilizar (FANON, 2008).

A educadora norte-americana Jane Elliot, criou e conduziu uma oficina, em 1995, denominada “Olhos Azuis (Blue Eyed)”. Nessa oficina Jane foi contundente: propor que pessoas brancas sentissem, por duas horas e meia, parte da discriminação sentida pelos negros americanos por toda uma vida. Por exemplo, ela chamava os brancos de “ irremediavelmente incompetentes”, “irresponsáveis”, “burros” e “inferiores” (INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2008).

Nesse vídeo, foi exposto também, uma experiência-jogo, realizada em 1970, com crianças brancas na sala de aula; as crianças foram divididas em dois grupos um grupo com olhos castanhos e outro com olhos azuis. Ficou acertado que o grupo de olhos azuis teria a prerrogativa de discriminar o grupo de olhos castanhos, e acrescentou que o grupo de olhos castanhos ganharia um estigma, simbolizado por um lenço no pescoço. Assim, durante o recreio, o grupo de olhos azuis se recusou a conversar com o grupo de olhos castanhos. O grupo de olhos azuis assumiu uma atitude provocadora forçando o grupo de olhos castanhos a se retrair. Na volta a sala de aula a Professora Elliot questionou como havia sido a vivência de ser discriminado e as respostas foram “péssima”. Ela questionou ainda: O ocorrido foi justo? “Não”, disseram em coro (INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2008).

O vídeo termina com uma reflexão da educadora Elliot: as pessoas brancas acharam insuportáveis serem tratadas com discriminação e desvalorização. O que devem sentir, então, as pessoas negras que são discriminadas e desvalorizadas o tempo todo? Nesse sentido, não basta que os brancos digam “eu não discrimino, eu não sou racista”; é preciso que lutem ao lado dos negros, para que ninguém seja violentado em sua humanidade, assim, é fato que o racismo é um problema para negros e brancos porque ambos perdem nesse jogo de desumanidade.

## **5.2 Conflitos do Racismo**

No livro *Psicologia Social do Racismo*, Rosa Maria Rodrigues dos Santos (1995) relata a história de L. uma garota que apresentava em seus sintomas, de modo muito evidente, as marcas e conflitos ligados à sua origem étnica e descreve como foi feita a intervenção clínica. O caso ocorreu durante seu estágio no Hospital Dia Infantil em Saúde Mental da Prefeitura de São Paulo, no ano de 1995. Ela relata que o que estava em jogo era o relacionamento dela com a criança e não a patologia em si, porém era evidente que tinha o interesse teórico. Foram trabalhados os aspectos de formação de L. de um modo lúdico, nesse sentido as atividades propostas a fim de atingir o objetivo eram atuações em grupos: as

oficinas; que eram espaços promotores da subjetivação por meio de movimento, das artes de cozinhar, vivência ecológica, dos esportes e também do livre brincar que elas criassem. A intervenção era realizada de modo lúdico e com respeito, evitando a mobilização de afetos que não pudessem ser lidados em grupo.

Na época, L tinha 9 anos de idade, era miúda, de rosto e gestos delicados, vasta cabeleira bem encaracolada que agregada a cor de pele mostrava sua ascendência negra, no entanto, L se autodefinia assim: “eu sou loira”. (SANTOS, 2007, p. 123) L. era filha de mãe negra e pai loiro. A mãe fora expulsa de casa quando descobriram-na grávida, não recebeu apoio da família e teve um relacionamento conturbado com o pai, que acabou se separando da sua mãe e casando-se com uma loira.

Em seu desenvolvimento psicoafetivo L. sofreu graves alterações a ponto de ser diagnosticada na fronteira entre neurose e psicose. A época, ela já havia recebido alta. Entretanto, privações materiais e afetivas tidas por ela e sua mãe desencadearam novas crises, motivando o reinício ao tratamento.

O primeiro contato de L. com a psicóloga estagiária foi de surpresa já que a estagiária era negra e o olhar, segundo a psicóloga, foi talvez a negritude negada e agora refletida num espelho. Numa das oficinas, L pediu a estagiária para fazer um desenho dela e o desenho feito foi de uma criança negra. Em seguida, L. pediu “pinta meu cabelo de loiro” (SANTOS, 2007, p. 124), ao que a estagiária respondeu negativamente. Outros fatos foram relatados, mostrando o conflito de L consigo mesma, com a cor de sua pele, com aspectos de sua negritude. Ela sempre questionava a estagiária se ela era loira tendo como resposta “sou negra”.

Algumas interpretações foram feitas por Rosa Maria como o fato de L aparecer muito imersa no discurso materno, onde negro e loiro são marcas importantes, significantes. “Loira talvez seja o que a mãe de L, gostaria de ser, para sentir-se em condições de manter o homem desejado perto de si” (SANTOS, 2007, p. 126). No entanto quem se torna loira é a filha. Nos fatos assim interpretados, L é a manifestação especular do desejo da mãe. No entanto, os mesmos fatos e sintomas podem marcar a busca de L em resgatar sua origem e se afirmar enquanto sujeito.

O que poderia ser considerado idéia delirante, “ser loira”, pode ser também um apelo para o reconhecimento de uma parte de L que continua recusada no contexto familiar e ainda não simbolizado: suas origens raciais e os fatos ligados a não simbolização (a relação do casal

pai/mãe, pai/outra mulher, pai/filha) todas culminando na vivência de abandono (SANTOS, 2007).

Rosa Maria Santos (2007) fundamenta que L. é filha de negra e branco, merecendo o lugar de direito em cada uma das partes que compõem a sua condição de “mestiça”. Ambos compõem o inteiro, herança materna e paterna que a constituem como humana.

Nesse sentido propõe a observação dos fatos de dois lados:

Um que privilegia a psicose, marcando a ausência de um sujeito, já que está todo ele imerso num discurso familiar que não lhe dá lugar, nem direito para surgir e ter sua fala independente – a cela da loucura. O outro traz o privilégio da neurose, no qual o sintoma é o grande apelo do sujeito para se libertar e se fazer valer através de sua voz. A criança sendo marcada pelo universo simbólico dos pais, por sua vez influenciados pelas gerações anteriores, apresenta em seu sintoma um enigma a ser decifrado por meio da palavra. (SANTOS, 2007, p. 127).

Segundo a autora, aos poucos L foi deixando de se denominar “loira” e considerando-se “morena clara”, depois “morena”. Ela, Rosa, era para L morena escura, embora sempre se afirmasse como negra, no sentido de ser mantido um eixo de identificação. Rosa considerou o fato de ser negra extremamente importante nesse caso, pois na relação constituída, em nove meses de estágio, pôde ser vislumbrada a possibilidade de não mais se negar a negritude refletida no espelho. O relacionamento foi como um ato terapêutico capaz de causar alteração na posição do sujeito, sendo adequado ao espírito e objetivo das oficinas dentro da instituição (SANTOS, 2007).

O depoimento a seguir foi parafraseado em primeira pessoa com a finalidade de preservar a riqueza de alguns detalhes expostos e propiciar uma reflexão sobre o racismo como uma construção social que tem início na infância da maioria dos brancos brasileiros. No livro *Preto e Branco*, Frenette (2000) relata a sua própria história.

Ainda, criança, me ensinaram a enaltecer a monotonia da brancura, enquanto ia confundindo a pele escura com a ausência de dignidade e bravura. Antes mesmo de conhecer as possibilidades da razão, fui incentivado a usar a minha cor como uma muleta para me firmar como pessoa. Eu ainda me encontrava na primeira infância. Aprendi que a criança negra que vinha preencher meus longos dias com brincadeiras, não era um igual: ele era um negro. Dessa forma ao mesmo tempo inocente e perversa, já se vislumbrava em nós crianças brancas um sentimento essencial para a propagação da intolerância; e o ódio à diferença. No



curso básico de racismo, o mais pernicioso a mim ensinado, foi a de manter a distância física e espiritual da pele negra.

Nesse contexto de irracionalidade fui desenvolvendo uma limitação que me impedia de ver nos colegas negros, algo que fosse além da cor. Nós meninos brancos gostávamos de ter sempre por perto um menino negro para nos sentirmos melhor do que ele. Os adultos que deveriam estar me educando para a paz e solidariedade, estavam me ensinando a discriminação, arte que eles dominavam à perfeição. Hoje quando encontro os amigos daquele tempo todos racistas, alguns assumidos, outros enrustidos, no entanto todos identificados com suas falas, percebo que todos foram muito bem educados pelos pais ou responsáveis pela suas infâncias. Reconheço que fui o único que escapou de uma vida marcada por um recorrente preconceito. Não foi por mérito, mas por um incidente que vou relatar.

Era uma linda tarde de primavera do ano de 1975, tinha então onze anos, estava no meio do pátio da escola em um dos intervalos entre as aulas. Estava parado observando de forma despreocupada as brincadeiras de outras crianças, quando Sara aproximou de mim. Havia tempos notava seu sorriso simpático, sua atenção quando passava por mim, após pegar a prova corrigida na mesa da professora; seu cuidado em sempre me esperar antes de entrar pelo portão da escola. No entanto, apesar dessas tentativas de aproximação, nunca tínhamos nos falado.

Assim, fiquei surpreso ao vê-la ali, no pátio da escola, parada na minha frente, doce e educadamente declarando seu amor a mim. Surpreso com a declaração e com medo de ser visto em público nessa situação recusei desajeitadamente seu pedido de namoro. Ao ouvir a recusa ela fixou seus grandes e belos olhos em mim, e abaixou a cabeça. Não tinha entendido minha atitude. Ficamos em silêncio por alguns instantes, imóveis em nossas confusões; quando ela novamente perguntou: você não quer namorar comigo, porque sou negra, não é? Seus olhos estavam marejados e vi uma tristeza e um tipo de sofrimento que não sabia existir. Minha resposta foi absoluto silêncio, pois já tinha me refugiado no casulo de minha covardia, totalmente acuado pelo amor sincero de uma menina que me via para além do meu compromisso com a minha matilha.

Passados tantos anos, ainda considero esse incidente, sob o aspecto moral, como um dos acontecimentos mais significativos da minha vida, porque revelou a forma primorosa da educação a mim dispensada. Naquele momento em que perdi a confiança dos adultos que me cercavam, juntei forças para deixar de comungar com as idéias e brincadeiras daquela ku klux

Klan<sup>4</sup> mirim a qual pertencia. Fui impondo a mim um comportamento que não mais combinava com a mediocridade e mentalidade totalitária de meus antigos colegas. Aos poucos fui exercitando minha independência e consciência frente às diferenças. Parei de levar a sério as histórias de bravura branca que ouvia dos professores e familiares, e que lia nos lamentáveis livros didáticos que povoavam minha infância. Logo, minha casa passou a receber visitas de colegas negros da escola.

### 5.3 A Subjetividade e a Psicologia

A ciência moderna associou confiabilidade à frieza instrumental e conceitual o que a levou tornar-se um sinônimo de desencantamento. Os objetos do mundo foram separados em parcelas aprisionados a controles e condições experimentais e reduzidos a mera consequência de uma lei geral sem interesse particular.

Nesse sentido ela desvalorizou as outras formas de saber, as tradições de pensamento, os mitos e sistemas de idéias de grande importância para a construção de sentido em várias gerações, esvaziando-se em seu potencial de transmissão e criação subjetivas (NEUBERN, 2004).

É na psicologia, talvez, que o projeto de ciência tornou-se mais dramático; porque longe de aproximar-nos da compreensão subjetiva dos processos psíquicos, apresentou uma visão reducionista, quantitativa, genérica, mecanicista, determinista e previsível, além de postular as idéias de um observador independente. A psicologia não consegue integrar seus esforços de ordem teórica com sua pretensão de cientificidade. (REY, 2003).

Mesmo abrindo a possibilidade de estudo de questões subjetivas, como as dimensões históricas e vivenciais dos problemas psíquicos (FREUD, 1900/1996 apud NEUBERN, 2004) e a valorização do humano (PERLS, 1973; ROGERS, 1961 apud NEUBERN, 2004), ela não contemplou os indivíduos em seus cenários sociais, contribuindo para uma prática alienadora e individualista na qual os problemas vividos pelos pacientes não eram qualificados de maneira consistente em suas relações com os cenários sociais e culturais (NEUBERN, 2004).

As teorias, por meio de inúmeras operações cognitivas, conduziram o pensamento rumo ao transcendente e ao universal, os objetos perderam a possibilidade do qualitativo e do

---

<sup>4</sup> Ku Klux Klan também conhecida como KKK é o nome de várias organizações racistas dos Estados Unidos que apóiam a supremacia branca e o protestantismo em detrimento de outras religiões

complexo. A necessidade de explicações científicas da psicologia abrangeu e descaracterizou processos como a poesia, o amor, as artes e a filosofia num legítimo avanço de colonização sobre os temas de estudo presentes (NEUBERN, 2004).

A maior contradição da psicologia está na clínica. A forma desconfiada, que caracteriza o olhar de alguns psicólogos para os procedimentos científicos - como escalas, questionários, testes entre outros - não é desprovida de razão. Pois em seu trabalho cotidiano encontram várias situações que não podem ser contempladas com o uso desses procedimentos (NEUBERN, 2004).

No capítulo anterior foi relatado como uma queixa racial foi tratada num consultório psicológico mostrando a falta de conhecimento da terapeuta, bem como sua alienação frente aos problemas do racismo no Brasil.

Assim, embora a clinica apresente essas limitações como o problema do sentido, o isomorfismo realista, o isolamento dos cenários sociais, a dicotomia com o conjunto de regras, **ela traz, ainda um considerável potencial no que diz respeito às reformulações epistemológicas da psicologia e da ciência em geral** (NEUBERN, 2004, grifo nosso).

A psicologia na sua construção como ciência apresenta problemas que sendo inicialmente considerados inapropriados, tornam-se fonte de reflexões, e se inexpressivos em suas teorias pode configurar-se num futuro promissor para pesquisadores e psicólogos comprometidos com uma visão mais equitativa de ser humano. Assim, a psicologia em todas as áreas de atuação tem uma possibilidade de construção e um desafio para os que se propõe vê-la de um ponto de vista mais assertivo (NEUBERN, 2004).

Nesse sentido, o racismo e suas implicações devem ser objetos de estudos na psicologia social, que tem por objetivo o estudo científico de como os indivíduos pensam, sentem e comportam-se em situações sociais; e na clínica verificar quais os danos na estrutura psíquica dos negros e quais as possibilidades de pensar uma escuta e tratamentos diferenciados para a raça negra no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recontar a história do Brasil de um ponto de vista não racista e não sexista é um trabalho para várias gerações. No entanto, sociólogos, antropólogos, educadores, psicólogos, indivíduos negros e brancos comprometidos com um projeto de sociedade plenamente democrática, onde as pessoas possam ter direitos iguais, já iniciaram as suas reflexões sobre novas formas de produção acadêmica e prática profissional.

Este trabalho constou de quatro capítulos, o primeiro teve por finalidade mostrar as desigualdades sociais no país, apesar de pouco entendimento na área de finanças; ratifico que o abismo que separa os poderes aquisitivos de brancos e negros constitui-se numa afronta a uma raça que foi fundamental na construção das riquezas deste país. Os negros são maioria entre os mais pobres; maioria entre os indigentes e encontram-se nas posições mais precárias no mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal.

Os dados são alarmantes e mostram o descaso do país para com os negros, que são negligenciados em todas as áreas e, principalmente na distribuição de rendas. Nesse sentido, para que seja possível propiciar direitos iguais é necessário trabalhar o racismo em todas as suas especificidades, que está além das leis, visto que as leis contemplam de maneira justa e solidária os negros brasileiros, no entanto, as leis, apesar de serem fundamentais, nesse processo democrático, não tem conseguido sanar as barreiras impostas pela prática constante do racismo.

No segundo capítulo foi feita uma análise do conceito de “raça”. Nesse capítulo foi possível ter uma noção do que “raça” representa para o Brasil e para o mundo ocidentalizado. Raça é uma invenção do capitalismo no sentido de manter uma classe privilegiada, os brasileiros não cansam de afirmar que aqui o preconceito não é de “raça”, mas de classe. No entanto, o negro quando entra num bom restaurante, no teatro, enfim em espaços que geralmente são freqüentados pela elite, são sempre confundidos e questionados. Quando não questionados, são barrados e/ou são olhados com total desaprovação, já que lugares de negros e brancos são bem demarcados no país.

Nesse sentido, verifica-se que o ponto nevrálgico do racismo no Brasil é o silêncio. As pessoas definitivamente não aceitam debater de forma clara e responsável o racismo que impera em toda parte e, conseqüentemente prejudica a economia do país, assim como as relações entre negros e brancos. Na faculdade todas às vezes que procurei iniciar o debate sobre o assunto, de forma proposital, olhava os rostos à minha volta que em silêncio me

diziam: de novo esse tema e/ou apresentavam de imediato uma resposta; “não é bem assim não, a meu ver no Brasil o racismo é de classe”. Assim é indispensável mobilizar a sociedade brasileira para o debate sobre o tema racial, um debate franco, onde todos possam se colocar. O brasileiro precisa sair do armário, olhar para si mesmo e verificar o quanto de preconceito carrega, como fez Frenette ao assumir ter sido educado de maneira a desconsiderar os negros; do outro lado há uma necessidade dos negros terem consciência que não são tratados com iguais direitos. De certa forma vejo de maneira positiva o manifesto entregue ao Supremo Tribunal Federal porque talvez seja esse o caminho, confrontar a sociedade brasileira para que ela possa realmente manifestar-se sobre o assunto mostrando a sua verdadeira face.

Este trabalho é necessário para que os negros sejam mais bem aproveitados no mercado de trabalho, pois a maioria, dos negros, que conseguem estudar um pouco mais acaba aplicando seus conhecimentos fora do Brasil. No primeiro Encontro Nacional de psicólogos (a) negros (a) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, de 13 a 15 de outubro de 2010, a Doutora Cida Bento do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades expôs que foi convidada para dar aulas numa universidade norte americana, mas que nunca havia sido convidada para desenvolver trabalhos em universidades brasileiras, e principalmente na Universidade Paulista – USP, onde havia concluído seus estudos.

Outro fato que chama atenção é a violência institucionalizada entre brancos e não brancos. O “script” para os negros tem roteiro muito bem formulado e constantemente é ratificado nas relações profissionais, sociais e porque não dizer sexuais. Na visão do homem branco o negro tem que ser domesticado, assim como as mulheres e minorias. Os negros, as mulheres e minorias são constantemente subjugados dentro de uma relação de poder complexa e difícil de ser transformada já que seu nascedouro se fez mediante práticas culturalmente criadas, cultivadas, acatadas e ratificadas pela sociedade como um todo.

Essa opressão cotidiana aos negros brasileiros tira-lhes o poder acional, assim alguns fingem e/ou acreditam que realmente vivem numa democracia racial ou manifestam uma verdadeira alienação quanto à sua condição social. O povo negro brasileiro é um povo sofrido, relegado às favelas, ausente dos espaços sociais de lazer, poder e de prestígio.

No terceiro capítulo foi feita uma análise de como a psicologia tratou o tema “raça”. Ficou evidente que ela esteve ao lado do racismo quando nos testes psicológicos deixou que negros e minorias fossem taxados de pessoas sem inteligência e/ou quando permitiu que os negros fossem tratados como degenerados pela psiquiatria brasileira participando dos movimentos eugenistas.

Relativamente, aos danos psíquicos do racismo. Ressalto como de extrema importância o problema do branqueamento um dos construtos do racismo no Brasil. É inegável que este fato pode acarretar danos psíquicos aos negros, no entanto, a dimensão desses danos, não foi ainda, devidamente analisada e estudada pela psicologia e/ou psiquiatria, mas concordo com Larkin Nascimento (2009) que os cento e vinte dois anos de política de branqueamento têm causado mais danos que os 400 anos de escravidão no país.

Os negros encontram dificuldades na construção das suas identidades, pois não encontram referências para quem são uma vez que a beleza é branca, o sucesso é branco, o poder é branco, ou seja, não há espelhos para a raça negra. As relações das pessoas negras constroem-se a partir do seu corpo negro num mundo branco e o sentimento é de inexistência

Um caminho possível para a produção de um pensamento negro sobre o racismo e os modos de combatê-lo pode ser encontrado no movimento afrocentrismo. O foco psicológico afrocentrado é um movimento que teve início nos Estados Unidos e constitui uma importante fonte de reflexão sobre como a psicologia poderia pensar o racismo no Brasil. Esses estudos servem como ponto de partida para a construção de uma teoria idealizada no Brasil, por brasileiros, a fim de atender especificamente a população negra do país.

A psicologia até então, demonstrou pouca preocupação quanto aos negros ou outras minorias deste país. No entanto, vejo na psicologia um importante instrumento de pesquisas e estudos da dimensão do sofrimento dos negros, e também observo a psicologia como importante ferramenta de empoderamento da raça negra.

A psicologia é uma ciência nova que precisa ser mais estudada por psicólogos, pesquisadores e, principalmente, relativamente à questão racial por psicólogos e pesquisadores negros que vivenciaram toda uma história de discriminação e preconceito. O psicólogo negro pode olhar os efeitos que produzem o racismo, pode pensar a partir de referenciais teóricos existentes como resgatar os sujeitos negros, para que eles venham a ocupar os lugares que lhe pertencem por direito na sociedade brasileira.

Há um longo caminho a ser percorrido e muito trabalho a ser feito. É necessário coragem para seguir adiante em busca de ideais mais sólidos. No primeiro Encontro Nacional de psicólogos (a) negros (a) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, de 13 a 15 de outubro de 2010, foi possível observar pelo nível das discussões propostas, que há psicólogos negros suficientemente capacitados a empreenderem estudos relativos ao tema e apresentar novas proposições sobre o assunto. Esse encontro foi histórico e espero seja o

primeiro de muitos outros, já que ali, naquele espaço os negros puderam expressar as suas dificuldades e serem ouvidos sem um “mas”.

O quarto capítulo fez uma análise de um dos elementos constitutivos do racismo: a injúria. Como já tive a oportunidade de expor neste trabalho a relação entre brancos e não brancos é normativa, pejorativa e profundamente agressiva. A injúria, às vezes, aparece em brincadeiras rotineiras ou com o intuito de ferir o outro ou para restituir a pessoa negra ao seu devido lugar de inferioridade.

Não é fácil viver sob os holofotes da injúria e os danos psíquicos nas crianças negras e no sujeito negro ainda não foram devidamente estudados ou mesmo levados em consideração por pesquisadores e estudiosos no Brasil. O racismo é visto sempre como um problema de negros, no entanto, é problema de negros e brancos porque aflige a sociedade brasileira como um todo já que há uma perda considerável de energia e potencialidades nesse jogo antidemocrático.

O negro é escravo de sua inferioridade e o branco da sua superioridade. Ambos vivem alienados. Ainda não houve o encontro de negros e brancos neste país talvez esse fato explique porque o Brasil ainda figura entre os países pobres, pois a partir do momento que houver respeito e compreensão entre as raças todos produzirão mais e encontrarão formas mais criativas de se colocarem no mundo.

Esse trabalho resgatou um pouco de mim mesma. Me fez pensar a responsabilidade perante a sociedade e perante mim mesma no sentido de não esquecer quem eu sou. Talvez em algum momento eu tenha agido como o Pelé: tenha me sentido branca e tenha me calado frente a um racismo claramente declarado, mas essa mesma sociedade que te paralisa e te deixa sem respostas não deixa você esquecer nem por um minuto que você é uma pessoa negra, porque, a todo momento, coloca você num lugar determinado que é um lugar de inferioridade. Esta monografia me propiciou também verificar a urgência de curar minhas feridas.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Maria C. *O ser Negro: A construção de Subjetividades em Afro-Brasileiros*. Brasília: L.G.E., 2008.
- APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BIZERRIL, José. Dilemas: Classificatórios: Fronteiras ente a Experiência Religiosa e a Psicopatologia. In: FREITAS, Marta Helena de; PEREIRA, Ondina Pena (Orgs.). *Vozes do Silenciado: Estudos nas Fronteiras da Filosofia, Antropologia e Psicologia*. Brasília: Universa. 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. A Saúde da População Negra: Ações Afirmativas para Avançar na Equidade. In: *I SEMINÁRIO NACIONAL SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA*, Brasília, ago. 2004.
- BUCCI, Eugênio; KHEL, Maria R. *A Face Estética do Self: teoria e clínica*. 3. ed. São Paulo: Unimarco, 2005.
- \_\_\_\_\_. R. *Videologias: Ensaio sobre Televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CARVALHO, Jose Jorge de. *Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas*. Brasília: UnB, 2008.
- COLUCCI, V. L; ANDRADE, J. E. B. Eu, Mulher, Psicóloga Negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 4, n. 2. 1984. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org>>. Acesso em: 24 set. 2010.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a Questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAZZI, Rita C. *O Drama Racial de Crianças Brasileiras: Socializacao entre pares e preconceitos*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- FDNUM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SEPMGF-Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: Análise Preliminar*. 3. ed. Brasília. 2008.



FERREIRA, Aurélio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Ricardo F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente, *Psicologia & Sociedade*: Belo Horizonte, v. 14, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822002000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000100005)>. Acesso em: 17 ago. 2010.

FIGUEIREDO Luis C. *Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta. 1995.

FRANCO, Geminiano C. *Dicionário de Antropologia*. 1459. ed. Paris: Verbo, 1972.

FRENETTE, Marco. *Preto e Branco: a importância da cor da pele*. São Paulo. Publisher Brasil, 2000.

GUIMARÃES, A.S. *Classe Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34. 1999.

GUIMARAES, Antonio S. A.; HUNTLEY Lynn (Org.). *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pos-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOCKENBURY, Don H; HOCKENBURY, Sandra E. *Descobrendo a Psicologia*. 2. ed. Barueri: Manole, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Diretoria de pesquisas. *Um Panorama de Saúde no Brasil: Acesso e Utilização de Serviços Condições de Saúde e Fatores de Risco e Proteção a Saúde*. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos, e condições de vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Um panorama da saúde no Brasil: Acesso e utilização de serviços, condições de saúde, e fatores de risco e proteção à saúde 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. *Os Efeitos Psicossociais do Racismo*. São Paulo: Impresassocial, 2008.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEBRETON, D. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Roberto B. *Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão Racial: um sumário da experiência brasileira recente*. Santiago: Nações Unidas, 2004.

MASIERO, André L. “Psicologia das Raças” e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 22, n. 1. mar. 2002. Disponível em: <www.psiqueb.med.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Sortilégio da Cor: Identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

NEUBERN, Mauricio S. *Complexidade e Psicologia Clínica*. Brasília: Plano, 2004.

PARÉ, Mauro. *Afro-descendente: Um Olhar Psicanalítico*. Porto Alegre: Corag, 2007.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. As estruturas elementares da violência. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200018&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 ago. 2010.

QUEIROZ, Renato S. *O Corpo do Brasileiro: estudos de estética e beleza*. São Paulo: Senac, 2000.

REY, Fernando G. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SANSONE, Livio. *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

SANTOS, Joel R. *O que é Racismo*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANTOS, Rosa Maria Rodrigues dos. De café e de leite. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria A. S. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2007.

SEGATO, Rita L. Las Estructuras elementales de la Violencia: contrato y estatus en la etiologia de la violencia. In: *Las Estructuras Elementales de la violència: Ensayos sobre género entre la antropología, el psiconanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidade Nacional Quilmes. 2003.

\_\_\_\_\_. *Raça é Signo*. Brasília: UnB, 2005.

SEPPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana*. Brasília: 2009.

SIMON, Schwartzman. *Cor, Raça e Origem no Brasil*. Rio de Janeiro. 1999.

THEODORO, Mário et al (Org.) *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a Abolição*: Brasília: Ipea, 2008.

**ANEXO A****I Encontro Nacional de  
Psicólogos(as) Negros(as)  
e Pesquisadores(as) sobre  
Relações Interraciais e  
Subjetividade no Brasil****Carta de São Paulo**

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), reunidas(os) nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, reafirmamos nosso entendimento de que o racismo constitui uma das questões mais fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e dominação instalados na sociedade brasileira. Tal condição exige que todos os esforços sejam empreendidos no sentido de elucidar seus mecanismos que, engendrados em uma história marcada por séculos de escravização, resultaram em padrões de relações raciais que ocultam perversamente a violência sistemática imposta historicamente à população negra.

O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil têm também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.

A psicologia brasileira, em seus processos históricos de institucionalização, não fugiu a essa regra. Originalmente pautada na epistemologia das concepções eugenistas e racistas, em seu desenvolvimento posterior suas práticas mantêm a cumplicidade com o mito da democracia racial, caracterizando-se por uma importante omissão frente à temática das relações interraciais. Em função disso, a psicologia negligencia o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos identitários, auto-valorativos e no sofrimento psíquico decorrentes das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira. Com raras e honrosas exceções, a produção científica e profissional da psicologia brasileira não se interessou pela temática das relações raciais e não reconheceu essa dimensão trágica do racismo, tão relevante e presente como fonte de agravos à saúde mental de quase metade da população do país, constituída pelos afrodescendentes.

Todavia, assistimos hoje a um importante e positivo deslocamento na questão racial em nosso país. Fruto do processo de organização e mobilização do movimento negro, que luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial, os esforços empreendidos ao longo de décadas vêm, afinal, obtendo alguns resultados, logrando uma inserção das temáticas relativas a essa questão na agenda da sociedade e do Estado. A presença de algumas ações afirmativas, tais como as cotas nas universidades, a aprovação, ainda que com muitos limites, do Estatuto

da Igualdade Racial, a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, vão impondo o reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo.

Dentre essas conquistas, algumas políticas públicas começam a traduzir o reconhecimento das reivindicações históricas dos segmentos excluídos da população brasileira, majoritariamente negra, e a necessidade do seu atendimento, solicitando, para tal, o envolvimento da psicologia, como ciência e profissão, e marcando uma nova etapa da sua existência, caracterizada pelo compromisso social. No interior desse movimento de revisão da sua condição elitista, organizações formadas por psicólogas(os) militantes da causa negra buscam ampliar o espaço do debate crítico, apontando, inicialmente pela via das relações com os Direitos Humanos, uma urgência de que a questão racial receba a merecida importância na produção científica e na agenda política da psicologia brasileira.

Dessa forma, a convocação e a realização deste nosso I PSINEP se insere em um processo de luta e de tomada de consciência da necessidade de organização e mobilização das(os) psicólogas(os) negras(os) e pesquisadoras(es) sobre relações interraciais e subjetividade como um importante recurso político. O objetivo é fazer frente à abissal lacuna que existe entre as necessidades sentidas e a raquítica construção efetivamente disponível, diante das possibilidades de contribuição da psicologia para essa causa, que não é só nossa, mas de todas(os) as(os) psicólogas(os), negras(os) e não-negras(os). Toda a psicologia precisa se responsabilizar pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo. Não achamos que a superação do racismo seja uma luta de interesse exclusivo do povo negro, sobretudo porque ela envolve a tomada de consciência dos brancos sobre a sua condição de perpetradores, conscientes ou inconscientes, das violências sofridas por todas(os). O racismo representa um desperdício de importantes energias sociais de negras(os) e brancas(os), imobilizadas, cristalizadas, através de práticas sociais que precisam ganhar visibilidade. O enfrentamento que leve à sua superação deve, portanto, interessar e envolver todas(os).

Nós, psicólogas(os) negras(os), trazemos em nossa experiência cotidiana, de mulheres e homens negras(os) que somos, um tipo singular de conhecimento de causa acerca dos impactos do racismo na psique humana. Muitos de nós sabemos dos percursos tortuosos através dos quais resgatamos as nossas identidades, reconstruímos as nossas autoestimas, organizamos recursos simbólicos para compreender que aqueles sofrimentos e vicissitudes, tantas vezes atribuídos a uma condição idiossincrática, revelaram, na verdade, as faces encobertas e silenciadas da nossa pertença étnica.

Temos, em comum, a experiência de tantas vezes, nos espaços de nossa formação ou nos espaços profissionais, vermos rejeitados os nossos esforços para introduzir a variável étnico-racial como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento infantil e do fracasso escolar, ou como um recurso para aprofundar o conhecimento das expressões clínicas assumidas pelo sofrimento apresentado por alguns sujeitos.

A dificuldade para lidar com essas dimensões recalcadas no inconsciente coletivo brasileiro está relacionada com o fato de o racismo ser, entre nós, uma das mais importantes fontes sociais de garantia de privilégios. Por isso, nós, psicólogas(os) negras(os), temos a necessidade de construir um espaço-quilombo que nos reúna e fortaleça, para enfrentar as hegemonias que insistem em negar as nossas especificidades e contribuições como integrante do povo brasileiro.

Temos consciência dos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e técnicos que esta nossa tomada de posição encerra. Não se espere que nos mantenhamos no terreno das queixas, reclamações ou dos proselitismos ideológicos. Nossa reunião e organização

mantiveram-se e continuarão abertas a todas(os) as(os) pesquisadoras(es) comprometidas(os) ético-politicamente com estes desafios, independentemente das suas origens étnicas.

Dessa forma, as propostas aqui elencadas, resultado dos intensos e apaixonados diálogos travados nesses dias de encontro, apontam decisivamente para um compromisso de todas(os) as(os) presentes com a construção de uma psicologia efetivamente comprometida com a superação do racismo brasileiro, apontando as especificidades da contribuição da psicologia em relação a este tema.

São Paulo, 15 de outubro de 2010.

Participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as)  
sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil - I PSINEP